



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/10/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Boa tarde a todos. Convidamos para fazer parte da Mesa os Srs.: Fábio Hoffmann; Claudete Alves, Presidente do Sedin; Sérgio Antikeira, Presidente do Sindsep; Clayton Gomes, do Sinpeem.

Informo que se encontram presentes os Srs.: Ricardo Melão, Marcelo Moraes e Paulo Antonio.

Contamos com a presença dos Vereadores Claudio Fonseca, proponente do PL 68/2017, e do Vereador Antonio Donato, que requereu a presente audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios Online.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Audiências Públicas – Registro Escrito.

Esta audiência pública atende ao Requerimento 41/2017, do Vereador Antonio Donato, com a finalidade de discutir o PL 68/2017, de autoria do Vereador Claudio Fonseca, que “dispõe sobre alterações na Lei nº 14.660, de 26 de novembro de 2007, visando atender ao §4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de Julho de 2008, quanto ao mínimo das Jornadas de Trabalho Docente, destinado para Hora/atividades para os Profissionais de Educação, Docentes do Quadro dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de S. Paulo”.

O chamamento para a audiência pública foi publicado no *Diário Oficial da Cidade* de São Paulo diariamente desde o dia 27/09/2017 e ainda nos jornais *O Estado de S.Paulo* de 4 de outubro de 2017 e *Folha de S.Paulo* de 5 de outubro de 2017.

Informo também que esta audiência pública será encerrada às 16h30min. As inscrições estão abertas a quem deseja falar, e cada orador terá 3 minutos, conforme prevê o Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato, autor do requerimento desta

audiência pública – com certeza uma audiência importante principalmente para os quadros da educação da cidade de São Paulo.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Vereador Claudio Fonseca, autor do projeto; todas as representações sindicais presente à Mesa, dentre eles o Professor Hoffmann, que atendeu ao nosso convite.

O projeto 68/2017, além de ter uma série de méritos, nos colocou algumas dúvidas. Dialogando com várias representações sindicais, vi que essas dúvidas não são só minhas, relativamente à transformação do cargo de PEI em PEIF. A dúvida e a preocupação principal diz respeito a que às vezes uma boa intenção possa ser utilizada de outra maneira na medida em que se extingue o cargo de PEI e transforma-se todo mundo em PEIF.

Sabemos das dificuldades da rede, da necessidade de profissionais de PEIF, que é premente. Em função disso, existe um temor – que acho justificado, porque escutamos nos corredores muitas coisas e intenções – de terceirização de toda a rede de CEIs da cidade de São Paulo. Nesse sentido, a extinção do cargo de PEI nos preocupa.

Assim, propusemos esta audiência pública para que possamos fazer um debate qualificado, ver todos os prós, eventualmente alguns contras e tentar avançar para o entendimento sobre o PL 68/2017 para que ele possa prosseguir tramitando na Casa como é de praxe. Esse é o sentido desta audiência pública: entender as questões colocadas; afastar qualquer risco que possa significar a perda de importância da rede direta de CEIs e, para isso buscar entendimento.

Nosso espírito nesta audiência pública é buscar esse debate qualificado, aprofundar o debate sobre todos os conceitos envolvidos no projeto e poder avançar com ele sem nenhum risco para a educação pública das nossas crianças. Esse é o objetivo da audiência pública. Agradeço muito a presença de todos mais uma vez. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador Antonio Donato.

Passo a palavra ao proponente do projeto, Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, quero cumprimenta-lo e agradecer-lhe por estar presidente esta audiência pública, atendendo requerimento do Vereador Antonio Donato, a quem também cumprimento e elogio pela iniciativa de trazer a debate o PL 68/2017.

Para discutir o projeto, foram apresentados dois requerimentos para realização de audiência pública: o requerimento que apresentei, como Presidente da Comissão de Educação, no dia 20/09, para que pudéssemos ter uma audiência pública para debater o PL 68, na forma do substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Administração Pública; e outro requerimento, apresentado no dia 26/09 pelo Vereador Antonio Donato para fazermos a presente audiência pública.

Achei por bem adiar a audiência pública convocada pela Comissão de Educação para as 19 horas de hoje para prestigiar esta audiência pública que acontece agora, às 15h, longe de qualquer pretensão de adiar a audiência pública convocada pelo Presidente da Comissão de Administração, mas em prestígio também ao requerimento procedente e oportuno do Vereador Donato.

O projeto de lei 68 visa a cumprir alguns objetivos. O primeiro deles, fazer o Poder Público Municipal cumprir a Lei 11.738, uma lei aprovada durante a gestão da Presidente Dilma, num momento em que o Prefeito Haddad era Ministro da Educação. A lei dispõe sobre o piso nacional docente, mas também fixa qual é a quantidade, o percentual dentro do total da jornada docente que deve ser destinado para a hora-atividade.

A lei causou uma mudança significativa, positiva, no Brasil ao introduzir o piso remuneratório. Nenhum profissional docente no Brasil poderá ganhar menos do que o valor do piso estabelecido anualmente, como também provoca uma mudança em relação ao reconhecimento do trabalho dos profissionais de educação, que não se caracteriza somente pela regência. A docência se dá através da regência e também de todas as atividades necessárias para o bom desempenho do profissional de educação, aquilo que classificamos como horas-atividades ou horas adicionais. E essa lei federal determina que pelo menos 1/3 do

total da jornada dos profissionais da educação deve ser reservado para hora-atividade. E na Prefeitura de São Paulo, tanto a jornada básica, ainda remanescente, anterior à Lei 14.660, quanto a jornada básica docente dos professores de EMEI, dos professores de Fund 1, Fund 2, como também a J30, das professores que trabalham em CEI, não obedecem a lei federal. Ninguém, nem o legislador, nem presidente de sindicato, nem dirigente de qualquer organização de trabalhador e nem nós, profissionais da educação, podemos aceitar que uma lei federal, aprovada durante a gestão da Presidente Dilma, que veio para regular piso e jornada de trabalho, seja descumprida a qualquer tempo. Desta maneira, a jornada básica dos professores que trabalham em EMEI, EMEF, Fundamental 1, precisam ter uma nova composição, respeitando que no mínimo 1/3 da jornada é destinado para a hora-atividade. A jornada básica docente também dos professores que trabalham em EMEI, em EMEF, em EMEFM, também não respeita a composição estabelecida na lei federal. Precisa haver regulação, uma nova composição, para que haja o cumprimento da lei federal. E a J30, que é a jornada das professores que trabalham em CEI, composta, hoje, por 25 horas/relógio de regência e 5 horas de atividade, também não cumpre aquilo que a lei federal determinada. Quem é que pode abrir mão de um direito? Quem é que pode deixar de existir que a lei federal seja cumprida? Então o primeiro objetivo é equacionar a questão das jornadas. Qualquer professora que trabalha em CEI, diretora, coordenadora pedagógica, que ache que o fato de você ter uma nova composição, que equacione, que equilibre os tempos de trabalho com a criança e o tempo necessário para a preparação, para o planejamento, para a reunião diária, para a reunião de disciplina, para a reunião e diálogo com os pais, se tiver alguém que diga que essa lei não deve ser cumprida, a gente muda o enfoque do projeto e passamos a lutar pela revogação da lei federal. Eu sou contra. Eu acho que foi um grande avanço no Governo Dilma trazer a questão da profissionalização do magistério, com piso e jornada remuneratória. Esse é o primeiro objetivo.

O segundo objetivo é reconhecer o direito da habilitação das profissionais de

educação que têm habilitação em pedagogia ou formação no curso de magistério. A pessoa habilitada em pedagogia pode trabalhar tanto na educação infantil, de 0 a 3 anos, de 4 a 5 anos, e no ensino fundamental 1. Portanto, em todas as duas etapas da educação infantil, e no ensino fundamental 1, podendo atuar num CEI, numa EMEI, num Fundamental, numa EFEF e no Fundamental 1. Hoje, as profissionais de educação infantil, além e não ter a jornada de trabalho que lhe é de direito para estabelecer isonomia, também está restrita, a sua atuação, ao CEI – Centro de Educação Infantil. Ainda que queira ser removida para uma EMEI, não pode; ainda que queira ser removida para uma escola de ensino fundamental 1, não pode, apesar da sua habilitação lhe permitir. O fato de lhe permitir não quer dizer que você vai, mas pode ser como ocorre em EMEI e em EMEF. Um professor que trabalha em EMEI pode, por remoção, ir trabalhar numa EMEF. O que trabalha numa EMEF pode, por remoção, trabalhar numa EMEI; que trabalha numa EMEF pode, por remoção, trabalhar numa EMEI. O que se quer assegurar aqui é o direito, não é a compulsoriedade, para que uma professora que tenha a habilitação e que trabalha em CEI possa optar anualmente, se quiser, trabalhar numa EMEI e trabalhar no Fund 1.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Eu gostaria de pedir, por gentileza, aos presentes que vieram para a audiência pública, que certamente têm uma cultura elevado, vamos ouvir, para só depois tirar a conclusão.

Essa audiência pública terá as Notas Taquigráficas, para que possa ser discutida não somente pelo Claudio e pelo Donato, mas pelos 55 Vereadores, que têm interesse na educação.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu registro, inclusive, a minha satisfação do alto interesse das pessoas em debater o projeto nas redes sociais, sempre de forma muito harmoniosa, educada, aqui também na Câmara Municipal. E uma audiência pública para a qual acorrem tantas pessoas, é de alto interesse público. Não estou reclamando de absolutamente

nada, muito pelo contrário, pois acho muito positivo a cidade de São Paulo, os educadores, estarem inclinados em debater um assunto desta relevância, proporcionado através da apresentação de um projeto de lei. Alguns se posicionam contrariamente, outros favoravelmente. Mas isso é natural. E digo mais: não é a primeira vez que teremos a possibilidade de um professor que trabalha em CEI transformar ou mudar a denominação do seu cargo. A Lei 14.660, de 2007, no seu art. 83, permitiu que alguns professores mudassem a denominação do seu cargo de PEI para PEIF. Para quem me perguntou, naquela ocasião, se deveriam fazer essa transformação, eu falei “não faça”, porque, do jeito que está previsto na lei, ir transformando PEI para PEIF é não carregar a sua jornada, a remuneração, que caiu para JBD. E indo para a EMEI como JBD, a pessoa perdeu a sua remuneração de JEIF. Então o projeto visa corrigir isso: se a pessoa fizer a opção de PEI para PEIF, e com o dispositivo que colocamos, para tratar da proporção das jornadas, não somente para CEI, mas também para EMEI, para EMEF, para os professores, todos passarão a ter a JEIF como jornada do cargo; e, anualmente, a opção para declinar da JEIF e cair para JBD. Isso, em contrário ao que se faz hoje em EMEI e em EMEF, em que a pessoa, para ser incluída na JEIF, tem que fazer a opção; depois, se tiver regência, confirma inclusão na JEIF. Se não teve regência, ficar como excedente, ou mesmo em alguns afastamentos que não podem ser incluídos na JEIF. Então a JEIF passa a ser a jornada do cargo, e a pessoa opta anualmente. Se todos tiverem JEIF garantida, quer seja a professora de educação infantil de CEI, a professora de EMEI, a professora de Fundamental 1, de Fundamental 2, e médio, todos com JEIF, aí, anualmente, ela declina, se quiser isso, sobretudo para preservar as pessoas que têm acúmulo de cargo, como dois cargos. Assim, no início do ano, a pessoa faz a opção.

O Vereador Donato diz que o projeto pode ser muito bom, e carregar, por trás, algum outro efeito – a questão da terceirização, da privatização.

Nós sabemos que temos uma rede de ensino onde a educação infantil de 0 a 3 anos veio sendo terceirizada, conveniada. Nos últimos anos, não tem marco nem de governo.

Desde a década de 90, nós temos o advento da terceirização. Prédios da Prefeitura foram entregues para a iniciativa privada, como ONGs, e se tornaram CEIs indiretos. Para atender a demanda, são feitos contratos com organização não governamentais. Hoje, temos 330 e alguma coisa CEI direto. A quantidade de CEI indireto, prédio da Prefeitura e convênio com organização, são 367. E CEIs conveniados ultrapassam 1300. Mas, para afastar o temor de que esse projeto 68 quer terceirizar, se tivesse essa intenção, esse projeto teria chegado atrasado.

Vocês sabem o projeto que foi votado na Câmara Municipal no dia de ontem, com o apoio de 52 Vereadores? Veja, não estou criticando os Vereadores, já que eles têm liberdade de votar segundo a sua consciência. Foram dois votos declarados em contrário, o meu e o do Vereador Toninho Vespoli. Os Vereadores votaram o PL 27/2017. Eu peço para que vocês leiam. Se a intenção minha era de privatizar, eu cheguei atrasado, pois essa lei vai ser sancionada pelo Prefeito, e dispõe sobre políticas para a primeira infância, de 0 a 6 anos. E vejam o que diz o art. 16 da lei. “Para fins de execução da política pública de primeira infância”, e o atendimento de políticas de educação, saúde, várias políticas, “o Poder Executivo”, o Governo Doria, agora, “poderá firmar convênios com órgãos da administração direta ou indireta, com outras esferas de governo, bem como celebrar parcerias com o setor privado, e termos de fomento e colaboração na forma da lei”. Esse projeto permite que haja o atendimento de crianças de 0 a 6 anos através de parcerias e convênios. Ao contrário do projeto 68, que eu apresentei, não tem nenhum entendimento do Governo aprovar. Por que não tem? Tem impacto financeiro-orçamentário, e não é pequeno. Quando se transforma a jornada do professor de EMEI, EMEF, EMEFM, que é JBD 25 horas-aula e 5h de atividades, muda essa composição, para atender a lei federal – diminui o tempo de regência, aumentam as aulas-atividades. Quando se modifica a jornada da professora de CEI, que hora trabalha 25 horas relógio com a criança e 5 horas em atividades, ela vai passar a trabalhar 20 horas com a criança e ter 10 horas de atividades. Onde existem dois professores, é preciso ter um terceiro,

porque jornada de trabalho do professor não confunde com o tempo de permanência da criança na escola. Assim também é na EMEI de tempo integral – é preciso ter três professores para cobrir o período de permanência da criança na escola. Então esse projeto tem um impacto, tanto na redução da quantidade de horas em regência, ampliação das horas-atividade, para cumprir a lei. Eu não estou criando nada, não estou inventando nada, é não necessário cumprir a lei. Da mesma forma, é preciso ter mais profissionais de educação infantil.

Depois as pessoas vão ter a oportunidade de falar, porque as pessoas vão fazer perguntas, mas, por mim, gostaria de dizer que o projeto de lei é vazado no princípio da opção, não tem compulsoriedade. Mesmo para professor de EMEI, de EMEF, a JEIF para todos, se baseia numa reivindicação, e, numa decisão do Congresso dos Educadores, quatro mil educadores reunidos em congresso anual reivindicam JEIF para todos. Por que JEIF para todos? Porque todo ano esses professores não sabem se você é incluído em JEIF, porque depende da regência.

Num período em que se cria excedência, que se muda um módulo, como mudou agora o módulo docente, muitas pessoas ficando excedentes, ele tem que ter a garantia da JEIF. Como jornada de trabalho tem um princípio pedagógico, ninguém quer eliminar um professor porque tem menos horas/atividade do trabalho pedagógico da escola. Todos têm que participar.

Só que eu sei que em situação de acúmulos JEIF para todos pode implicar em acúmulo, em incompatibilidade de horário. Então estamos invertendo para que a pessoa possa optar anualmente pela JBD, declinando da JBD. O projeto de lei vem sendo debatido, está na Comissão de Administração Pública, depois ele irá para a Comissão de Educação, depois para a Comissão de Finanças, até há quem diga que o projeto seria aprovado no dia de hoje.

Esse projeto ainda terá um grande percurso, o Vereador Donato sabe como é a tramitação, o Vereador Toninho Paiva também. Depois de passar por todas as comissões, primeira votação, segunda votação, e, óbvio, o vereador, assim como aconteceu ontem... - o

Vereador Donato teve o mérito de aprovar um projeto de lei ontem, que dispõe sobre a transformação de agente escolar em auxiliar técnico de educação. (Palmas)

É um projeto de lei que eu havia, através de emendas, aprovado, em 2012, tem quatro emendas. Uma das emendas trata da transformação do agente escolar em ATE, com três referências a mais; o outro agente de apoio. O projeto na íntegra, o PL 310, foi vetado, em 2013. Mas quis o Vereador Donato – e com mérito, não é uma crítica – ele trouxe o projeto, aprovou no dia de ontem, transformando agente escolar em ATE.

Eu não vou dizer para o Vereador que seria contraditório com o que eu já fiz, que muitas pessoas dizem assim: se você transformar o agente escolar em ATE você está permitindo a terceirização do serviço de limpeza, de vigilância e o de manutenção das escolas, porque o cargo de agente escolar...

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por isso mesmo, já está...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nobre Vereador Claudio Fonseca...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Vou só dizer, é uma cautela. É uma cautela

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – ...V.Exa....

- Falas simultâneas ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – ...regimental...

O SR. CLAUDIO FONSECA – É uma cautela.

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – O Vereador Antonio Donato aprovou e quando eu fui votar, eu votei no projeto dele, e elogiei, continuo elogiando. Mas alguém poderia sim argumentar se eu não tenho mais agente escolar, aquilo que já vinha sendo terceirizado, vai terceirizar?

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Presidente? Só há uma coisa que me preocupa, por que vocês estão com medo dos meus argumentos. Ouçam, por favor.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós vamos ter tempo para debater.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Então afastar a questão da terceirização, porque terceirização vem acontecendo há muito tempo. E dizer que as 326 CEIs diretas continuam...

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Três, meia, sete; trezentas e poucas.

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Isso, muito obrigado pela contribuição. Trezentas e setenta e uma CEIs diretas...

- Manifestação do público.

O SR. CLAUDIO FONSECA – É verdade. Trezentas e setenta e uma CEIs diretas, o Governo passado não expandiu, muito pouco, muito pouco, mas o que tem expandido são os convênios, sob o argumento de que o convênio tem um impacto financeiro para a Prefeitura muito menor. Não é argumento só deste Governo, mas de todos os Governos que se utilizaram de dispositivos de atender a demanda.

Na Conferência Municipal de Educação havia uma discussão: encerra os convênios imediatamente ou no Plano Municipal de Educação tem de prever, inclusive, prazo para que se tenha atendimento totalmente na Administração Direta.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Por gentileza, para concluir, nobre Vereador.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu encerro por aqui, agradecendo ao Secretário, ao

Presidente da Comissão e àqueles que acompanharam aqui a minha exposição.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca.

Passemos a palavra ao Professor Fabio Hoffman Pereira para que ele possa se pronunciar.

Quero registrar a presença da Vereadora Sâmia Bomfim.

O SR. FABIO HOFFMAN PEREIRA – Boa tarde Sr. Presidente, Vereador Claudio Fonseca, Vereador Donato, agradeço o convite para falar aqui. Boa tarde às professoras, aos professores, aos munícipes, às crianças – fiquei bem feliz em ver muitas crianças aqui. É pensando nas crianças que eu vou falar.

Se há algo que podemos dizer com muito orgulho, na rede municipal, é que a nossa educação infantil tem qualidade. (Palmas.) Essa qualidade não vem de hoje, a semente dessa qualidade foi plantada por Mario de Andrade, quando então responsável pelo departamento de cultura, lá na criação dos parques infantis, pensando nas tradições, ou melhor, no pensamento Escola Novista, que começou nos anos 20, nos Estados Unidos, veio para o Brasil nos anos 30.

Esse movimento de renovação da escola, tudo o que a gente queria fazer na escola Mario de Andrade pensou antes de nós. O que ele trouxe é todo o nosso desejo até hoje. Tudo o que temos como área de parque, de lazer, área verde, possibilidade de viver a infância, ter experiências, conhecer o mundo, de se relacionar, a gente deve a essa semente que ele plantou.

De lá para cá a educação infantil, na cidade de São Paulo, tem se inspirado em modelos ativos de aprendizado. Temos investido em autonomia para ensinar e autonomia para aprender. Não é à toa que, na cidade de São Paulo, nos tornamos referência para o Brasil. Digo até referência para outros lugares do mundo.

Tenho colegas que se aposentaram aqui, foram para outros estados e estão

prestando assessoria aos municípios sobre as coisas que fazemos aqui – as professoras, coordenadoras pedagógicas, diretoras, que se aposentaram – levam para outros municípios para divulgar e prestar assessoria.

O trabalho que desenvolvemos aqui é de qualidade, muito bem pensado e notadamente profícuo. É excepcional o que se tem feito nesses anos todos.

Há 15 anos, a rede de atendimento dos bebês e das crianças, de zero a três anos, migrou das creches que eram da rede da assistência social para a Secretaria de Educação. Foram criados os Centros de Educação Infantil.

As suas educadoras e educadores – aí eu chamo de educadores porque incluem as professoras, as agentes escolares, as auxiliares técnicas de educação, agentes de apoio, profissionais da gestão, mesmo as terceirizadas que, por algum movimento dentro das escolas, acabam recebendo formação, tendo contato com as discussões que a gente realiza – todos eles envolvem-se com as propostas pedagógicas que há de mais recente para a educação da infância.

Sou diretor de um centro de educação infantil e nós estudamos muito. Nós estudamos psicologia, sociologia, sociologia da infância, temos contato com as universidades, com professores e professoras universitários que estão produzindo conhecimento. Através da rede municipal, da Secretaria de Educação, fazemos cursos diretamente com essas pessoas que estão produzindo conhecimento.

Tudo o que temos nos nossos projetos político-pedagógicos está embasado e diretamente ligado à produção do que há de mais recente nos estudos da infância.

Esses estudos também têm dado base para que os documentos que nos orientam, que nos norteiam, que nos ajudam a pensar a nossa prática, sejam elaborados, editados, divulgados e disponibilizados no portal.

Quando eu não era trabalhador do Município de São Paulo, entrava no site da Secretaria de Educação e procurava os documentos daqui para poder me ajudar na prática

onde eu trabalhava na época. Não só as nossas práticas, mas os nossos documentos são referência.

Só para citar alguns mais recentes, nós temos os padrões básicos de qualidade na educação infantil que dizem respeito à infraestrutura que as escolas de educação infantil e os centros de educação infantil precisam ter. Os indicadores de qualidade na educação infantil paulistana que foi uma construção coletiva, embasada num documento federal, mas nós adaptamos para a nossa realidade, ou seja, para uma metrópole do tamanho de uma cidade que como é a nossa.

Nós temos uma proposta ousada e inovadora que é o currículo integrador da infância paulistana, encontrado em poucos lugares do mundo. (Palmas.) Temos a orientação normativa nº 1, de 2013, que fala da avaliação na educação infantil. A orientação normativa normatiza, diz como deve ser a avaliação para a educação das crianças de zero a cinco anos.

Fora isso, há inúmeras outras propostas e documentos. Vou destacar dois: os parques sonoros, o uso da tecnologia e das linguagens midiáticas. Como se vê, o que nós fazemos não é pouca coisa. Nós trabalhamos muito.

Embora o nosso *status* de trabalhador da primeira infância seja considerado menor em relação ao *status* intelectual de quem trabalha nas outras etapas da educação básica, como o ensino fundamental e o médio.

A educação infantil paulistana não é referência à toa. Essa história é fruto de políticas públicas comprometidas com a infância, num trabalho árduo de todos os trabalhadores e trabalhadoras que têm se dedicado, por décadas, para desenvolver essa técnica.

O Projeto de Lei 68, que tramita na Câmara, pode colocar um ponto final nessa história, uma vez que propõe extinguir os cargos de professor de educação infantil na rede municipal. O texto que está disponível no site da Câmara Municipal diz que “serão transformados os cargos”, não abre a possibilidade de a professora escolher, optar, nada

disso. Ele transforma. (Palmas.)

O que há por traz dessa proposta? Eu ouço muito a justificativa de que a pessoa professora presta concurso para um cargo no centro de educação infantil, quando começa a trabalhar diz: “Não estudei para isso!”. Como se fosse um trabalho de menor valor. Não é. Não é.

Em todas as profissões há áreas de especialização. Os arquitetos têm as especializações como o de exterior, de interior, o arquiteto paisagista, o arquiteto que faz o restauro, cada um tem a sua área. Na educação não vai ser diferente, a gente tem as nossas afinidades. Você prestou um concurso e depois viu que não era a faixa etária com a qual você se identifica? A gente tem a possibilidade de prestar outro concurso e levar o nosso, transformarmos o nosso cargo com a possibilidade de um novo concurso público. O argumento de que os professores de educação infantil se sentem desmotivados, então, vão levá-los para as EMElS e para as EMElFs isso para mim não é um argumento válido.

Vou deixar alguns questionamentos. Pelo projeto o cargo de professor de Educação Física deixa de existir e com isso a jornada real de trabalhadores de trabalho das professoras aumenta em média duas horas e meia por semana. Que garantias existem de que essa transformação dos cargos, os centros de educação infantil da rede direta, vão continuar existindo? Que planos futuros para o atendimento da primeira infância a Prefeitura reserva para nós? Porque a propaganda diverge do texto que está escrito? Que está disponível no *site* da Câmara? Porque a transformação é uma via de mão única? Só a PEI pode transformar para PEIF e as PEIFs não podem transformar?

A transformação do cargo leva junto a mudança da jornada. O PL não menciona se os seis passarão a acomodar PEIF. O que é importante a gente saber. As PEIs serão obrigadas a se remover? Ao longo dos anos, a transformação dos cargos das profissionais Pagem, ADI, PDI, PEI tiveram perdas de pontuação, nem sempre carregando tempo para fins de evolução funcional e também muita gente com prejuízo para a sua aposentadoria. Essa

transformação zerará a pontuação das professoras? As professoras que estão perto da aposentadoria vão ter prejuízos? Esse PL traz um combo para a carreira do magistério, um combo, por um lado a possibilidade de universalizar a JEIF, que é uma luta antiga nossa. Por outro, as transformações dos cargos de PEI em PEIF que tem sido recebido com muita preocupação nossa. Que garantias temos que esse PL passando vai ser 100% sancionado? Que garantia que a gente tem que, quando chegarmos à mesa do Prefeito, ele não cortará todos os artigos referentes à JEIF para todo mundo e deixa apenas a transformação de cargo?

O desmonte da educação pública já começou, aprovado esse projeto pode, no futuro, esvaziar os Centros de Educação Infantil ao transferir compulsoriamente o seu quadro docente e administrativo para as escolas e abrindo precedente para que os prédios próprios públicos sejam entregues à iniciativa privada. Entregar a educação das crianças de zero a três anos nas mãos do convênio é acabar com aquela história dos ideais que o Mario de Andrade e tantos outros fizeram para que a Educação Infantil paulistana seja o que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Sergio Antiqueira, Presidente do Sindsep.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Boa tarde a todos. Saúdo o Vereador Toninho Paiva, na Presidência da Comissão, Vereador Claudio Fonseca, autor do projeto, Vereador Donato pela iniciativa, porque exige o debate. As pessoas não estão aqui preocupadas à toa, acho que existe uma preocupação, uma motivação real sobre o projeto. Tem algumas dúvidas aqui que já foram colocadas e o projeto tem mais dúvidas e incertezas do que certezas. Seria uma grande oportunidade para a gente tratar de isonomia dos professores na rede, para a gente tratar realmente de integração na Educação Infantil e para a gente realmente tratar da questão do piso que tudo isso é necessário que a gente faça.

A preocupação que trazemos aqui, e ela não pode ser, além dos riscos que tem na lei, me preocupa, acho que é o momento, não está atrasado o projeto em termos do momento que estamos vivendo de ampla terceirização, privatização, desestatização, qualquer palavra

que queira utilizar para passar o setor público para o setor privado. Esse é o pior momento para a gente fazer essa discussão para fazer o debate é importante, mas para a gente dizer que está atrasado, acho que não está, Claudio. Eu acho que a gente agora está justamente no momento mais arriscado. Se tiver um veto do Prefeito, estamos discutindo para chegar lá e ter um veto. Se tiver um veto parcial traz os riscos, aquilo que o colega trouxe, agora se tiver a sanção do Prefeito, aí que fico preocupado. Se o Prefeito sancionar esse projeto, um Prefeito que o Secretário de Saúde disse que com 30% de redução de dez bilhões para sete bilhões ele consegue fazer a saúde funcionar me preocupa. Um Prefeito que disse no início do ano que pretende fazer com que a educação infantil seja atendida totalmente por PPP. Essa é a linha que está assumindo. O Prefeito que está trazendo pelos jornais o que ele realmente pretende fazer com a Previdência municipal do servidor público, que além de pegar o Santaprev, deixado pelo Haddad, transformar numa Previdência aliada ao Estado. E não responderam se pretendem aumentar a alíquota de 11% para 14%, não disseram se vão fazer segregação de massas e dentro desse diálogo o Governo não respondeu para gente o que ele pretende fazer em relação aos processos de terceirizações.

Desde 2004 o Ipem perdeu mais de 60 mil servidores contribuintes. Essa é a situação de desmonte que a gente está vendo. E na Secretaria de Educação a gente teve o Schneider fazendo uma portaria de desmonte da rede, com a redução dos módulos, depois recuou, é um desmonte menor, mas é um desmonte inaceitável e tudo isso leva a uma situação que, com esse projeto, se você vai criar um (palavra ininteligível) com duas horas a menos de atendimento, como vai ser feito esse entendimento, desmontando o (palavra ininteligível) para aproveitar o professor? Esse professor seria aproveitado justamente para cobrir as primeiras séries que vão precisar cobrir porque não tem negociação com o Estado?

Essa é a pergunta que a gente está fazendo. Automaticamente a gente está vendo que ele está suprimindo o concurso público para utilizar os módulos que já existem para adequar a rede. É o desmonte da rede direta, isso ao longo do tempo. É o concurso público

que garante a continuidade da rede, sem concurso público não tem Ipem, não tem aposentadoria. Eles estão dizendo que tem um rombo de 3,7 bilhões e qualquer medida que forem mexer agora na Previdência, aliada a um projeto desse, com desmonte de PPP, é o desmonte da educação a médio e longo prazo. A curtíssimo prazo, eu diria, porque nos outros municípios e estados no país, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis já fizeram um pacotasso. Além de mexer com a Previdência, estão congelando salários, não pode ter evolução funcional, tem PDV, estão dizendo que somos um déficit para a Prefeitura. Sem recursos públicos é isso que vai acontecer, nós vamos ter uma massa de aposentados enormes e dizendo que está pesando muito, que eles já estão dizendo agora. Isso é porque nós gastamos apenas 38% do que e a Lei de Responsabilidade Fiscal permitiria chegar a 51%.

Essa é a situação que estamos colocando que tem uma preocupação. Essa preocupação não pode ser desqualificada, nós temos uma situação também aqui, esses processos. Se o projeto que passou ontem é mais um projeto que prova que era um momento muito delicado e peço a todas as entidades que estão aqui que estejam junto com a gente numa campanha chamada São Paulo não está à venda. Que é para a gente coletar assinaturas aqui na Cidade para que nenhum projeto de desestatização, privatização, concessão, seja lá o nome que seja dado, passe sem passar pela população da cidade de São Paulo, que é a maior atingida por esses projetos, principalmente, agora, mas claro no Governo Doria.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Cleyton Gomes.

O SR. CLEYTON GOMES – Boa tarde a todos, parabéns pela iniciativa e parabenizar o Vereador Claudio Fonseca que atendeu uma reivindicação antiga de um sindicato que faz a defesa da classe trabalhadora, do sindicato que está presente na rua independente de governos que passaram, sempre teve sua independência e colou o time na rua para defender os trabalhadores. Esse projeto atende essas reivindicações, aliás, é um projeto que a gente já vem debatendo e discutindo desde 2008, logo que transformamos o

adjunto passou a ser titular igual a todos os outros. Quando a gente tirou a JBzinha e passou a ter JBD foram conquistas que não foram dadas, foram conquistas, lutas, desse sindicato que aliás esse ano já enfrentou esse Governo, aliás, é o único que fez 17 dias de greve para defender as reformas. Fico feliz de termos um Vereador que atende uma reivindicação nossa e faz o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves, Presidente da Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde a todos. Agradeço o Presidente dessa Comissão, um colega que na época que eu era Vereadora também ajudou a criar esse cargo que agora querem destruir. Agradeço o Vereador Antonio Donato por toda a luta em defesa da Educação Infantil e principalmente por propiciar esse momento aqui, quero agradecer também o Vereador Claudio Fonseca, que apresentou um projeto que acho que avança, uma parte é ruim, a outra parte não. Eu pediria para rapidamente passar o PowerPoint que trouxe, mesmo que eu não fale sobre ele, penso que é importante todos aqui ou em nome da Benê, que está representando aqui os Presidentes dos Sindicatos, cumprimentar toda a Mesa. Primeiramente, gostaria que rapidamente passassem o Power Point que eu trouxe. Como eu disse a vocês, em momento algum o Sindicato que eu presido nem a ex-Vereadora que criou esse cargo foram contra a proposta, porque, diferentemente de algumas práticas, nós não defendemos prejuízos a trabalhador algum. Quando nós, juntamente com o Vereador Toninho Paiva aprovamos o 611, que criou esse cargo, não colocamos em risco o cargo de ninguém, só garantimos direitos, garantimos o pensar a educação infantil exigindo o verdadeiro exercício da infância para essas crianças com um profissional habilitado. Foi isso o que nós fizemos.

Sabemos que garantimos o que foi possível que ninguém aqui, muito menos o Vereador, é contra que não adaptemos, na forma do legislativo, o que diz a Lei 11.738 no que se refere a garantir um terço da jornada para formação. A isso não somos contrários. Somos contrários à forma como foi apresentado esse projeto, sem passar pela discussão da maioria

da categoria que detém esses cargos, que passam pela mudança e num momento muito desfavorável e desconfortável para o conjunto dos servidores públicos no Brasil, que estão ameaçados com o PDV, de demissão e de terceirização.

Uma observação: o que foi votado ontem foi projetos de Vereadores que visam parceria com a Saúde, mas duvido que os demais Vereadores votariam um projeto que passaria um cheque em branco para o Doria privatizar toda a educação infantil, como foi falado. Diferentemente do projeto de desestatização que foi aprovado com a anuência do autor do projeto, que, aí, sim, pode passar tudo para as Parcerias Público-Privadas, deixando a categoria numa situação de vulnerabilidade.

Muito rapidamente, vamos ao Power Point.

- Oradora passa a referir-se a imagens em tela de projeção.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Apresentamos um comparativo do que se tem, porque a mensagem que está posta para dividir a categoria de educadores é convencer, por meio de uma iniciativa nobre, garantir tirar PEIF, que é da jornada docente, que não ganha JEIF; o que os PEI já têm. Os PEI têm salário JEIF, pontuam no PEA, diferentemente do que falaram. Os PEI podem acumular JEIF, sendo que os demais professores não podem, porque a JEIF, da forma como está, é uma jornada especial e só pode ter uma especial. Há umas diferenças.

O maior problema se dá quando se transforma a jornada do PEI, que, na verdade, é de 60 minutos. E só quem milita na educação infantil há mais de 30 anos e garantiu na LDB – e educação infantil seria a primeira etapa da educação básica – sabe por que a hora com a criança pequena é de 60 minutos. Pulo do gato: por esses 15 minutinhos a mais, garantimos o piso JEIF, porque quando se transforma a J30 do PEI em minutos com a jornada em JEIF, que não é garantido para os colegas PEIF, é o mesmo piso; são 1.800 minutos semanais aqui e ali. Depois nós vamos disponibilizar essa transparência.

O que nos assustou num momento delicado como esse não foi ser contra, porque

não somos contra trabalhadores e queremos que eles avancem. Não somos contra porque não somos os donos da verdade. A lei foi feita no ano de 2003, e a lei do piso, em 2008, quando eu não era mais Vereadora; o autor poderia ter adaptado. Não somos contra garantir a jornada de formação, mas sim à propaganda enganosa e que se coloquem em risco direitos duramente conquistados. Segundo estudo já concluído, a educação infantil não é só CEI, mas também EMEI e custa três vezes e meio mais caro, porque há um TAC que eles precisam cumprir a fim de atenderem 85 mil crianças até o ano que vem, e eles estão discutindo o custo da educação infantil.

Foi aprovado um programa de desestatização com o voto do Vereador, que permite PPPs, que permite tudo, e aí o Governo vai passar tudo isso para as PPPs. É essa a nossa preocupação. Com a transferência de PEI para PEIF, a maior prova de que estamos corretos na nossa avaliação foi essa portaria de redução de módulo. Qual era o acordo? Transformar todos os PEI em PEIF para cobrir o buraco que o governo fez ao nos chamar PEIF por conta do ensino fundamental de nove anos.

- Manifestações no recinto.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Foi esse o acordo e agora querem fazer uma categoria específica da educação infantil pagar a conta.

Por que não somos contrários? Porque há avanços para professores, mas não se pode faltar com a verdade. O que nós trabalhadores propomos? Garantir aos PEIF o que os PEI têm. E o que é que os PEI têm, que é bom ressaltar aqui? É o piso JEIF, que é o maior do magistério, que leva para a aposentadoria, sendo que os demais professores não levam para a aposentadoria.

- Manifestações no recinto.

A SRA. CLAUDETE ALVES – O PEI tem isso independentemente de estar em regência ou não. Já o PEIF, não. Se não conseguir atribuir em JEIF, o PEIF fica na cota básica, na JBD, que significa 30% menos de salário.

Portanto, não se divide educadores; educadores se unem. Nós temos propostas. Se ele tivesse nos consultado, nós teríamos apresentado, mas o primeiro projeto que está aí tramitando é exatamente o que o Fábio falou: não garantia opções, e o discurso era diferente do projeto, que extinguiu o cargo de PEI.

Agora, depois de muita pressão, ele apresentou um novo substitutivo, que está na Comissão de Administração, e nós temos proposta.

Agradeço a oportunidade da fala e, olhando nos olhos de todos os educadores aqui, esta mulher, que tem 35 anos de militância em educação infantil, quer dizer que nós não queremos dividir, nós queremos ajudar o Vereador, que, pela primeira vez, faz um projeto para beneficiar uma parcela da categoria, que nós vamos ajudar a aprovar.

- Manifestações no recinto.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Mas desde que não coloque os CEI na mão do Doria para ir para as PPPs.

É isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a Sra. Benê, do Sinesp.

A SRA. BENÊ – Boa tarde a todos. É maravilhoso ver uma participação como essa. Realmente a companheira Claudete é uma guerreira e nós temos uma relação há muito tempo.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BENÊ – Nunca podemos perder a memória. Na passagem das creches para a Educação, o nobre Vereador Claudio Fonseca, a quem cumprimento e na figura de quem cumprimento os demais Vereadores e os colegas presentes, já tinha uma proposta de unificar a carreira. Naquela ocasião, sua proposta era unificar, fazer apenas um tipo de professor. O Sinesp conseguiu, na ocasião, unificar os gestores, que passou a transitar por toda e qualquer modalidade. Conseguimos essa transformação, que já era objeto de desejo, em 2003. Então, não é coisa nova, de agora.

De tudo o que se falou, o consenso é que a questão d JEIF. O nosso sindicato também tem deliberação para que todos os profissionais tenham direito à hora de formação e, com essa proposta do Vereador, vem um novo alento para o sindicato.

Uma coisa que o governo atual tem dito desde o começo é que não tem dinheiro para nada. Não teve dinheiro para reajuste linear, não tem dinheiro para chamar concursado. Não tem dinheiro para nada. Mas vai ter dinheiro para colocar todo mundo em JEIF? É maravilhoso. Se isso realmente acontecer, é um ganho muito grande para a categoria.

Agora, esse projeto, nobre Vereador autor, suscitou muitas dúvidas. Hoje nem vai esgotar tudo, porque, até pelo compromisso, nós teremos outras audiências, que acabaram sendo o único espaço que os sindicatos estão tendo para se pronunciarem. Por quê? A Lei 14.660, quando foi feita, contou com a participação de todos os sindicatos, por mais de 15 dias, ficou discutindo, até que conseguiu se formatar a Lei 14.660.

Ficou muita coisa para trás? Ficou. Em relação à JEIF, nós temos pedido sempre que a restrição de que só pode fazer JEIF quem estiver com regência caísse, mas nunca conseguimos. Agora, pelo projeto, estamos prestes a conseguir.

A transformação do cargo também suscita um monte de dúvida que nós temos até hoje a respeito do tempo de muitos profissionais que estavam em SAS não conta para a evolução funcional. Esgotamos de pedir ao Governo, não conseguimos e, agora, judicializamos, fomos à justiça, porque o Governo não reconhece o tempo de SAS para a evolução funcional.

Outras brechas vão surgir. Como fica? Mudou o cargo, tem que ficar cinco anos antes de aposentar? Então, há uma série de dúvidas que permanecem no projeto, e a gente entende que, ao longo das audiências, será possível sanar isso.

Concordamos plenamente com o que a Claudete falou: a favor de JEIF para todos, sem dúvida. Somos contra a transformação pelos problemas possíveis que acarretam. Além disso, estamos constatando algo que surgiu no governo passado: o Governo Haddad, pela

primeira vez, quebrou a nossa carreira quando criou as duas últimas referências excluindo o aposentado.

Nunca havia acontecido isso no Município de São Paulo. Cada vez que tinha mudança de carreira, reestruturação, o aposentado estava contemplado. Então, o Haddad abriu a porteira e esse PL foi atrás, porque não faz menção ao aposentado. Como ficarão?

Concordo plenamente com os colegas que me antecederam. É um momento delicado, tem as parcerias público-privadas, assinada a lei da época do Kassab; tivemos aquela ameaça no Governo Pitta que todos os sindicatos da educação se posicionaram contra porque, naquela época, queriam criar o PAE, imitando o que já tinha ocorrido na saúde, o PAS. Mas fincamos o pé e o Pitta não conseguiu fazer nada.

Portanto, a defesa pela nossa carreira é fundamental, não podemos perder, temos que insistir na preservação da carreira, não perder direitos.

E uma coisa que preocupou o Sinesp nesse PL é que, concomitantemente ao PL, o Governo inventou de criar quatro grupos de trabalho, dos quais um era a transformação de PEI e PEIF. Isso ocorreu na mesma ocasião. Como a educação propõe uma discussão dessas ao mesmo tempo em que tem um projeto circulando? Então, realmente é preocupante, temos que ficar atentos, pois temos mais de 300 cargos de gestores. Para onde eles vão? Uma escola não tem dois diretores, uma escola não tem dois coordenadores pedagógicos.

Então, não podemos jogar fora concurso público, pois a manutenção da nossa carreira é a nossa garantia. Temos de nos unir, participar de todas as oportunidades nesta Casa. Espero que o nobre Vereador chame as audiências públicas para que a gente possa participar pois, como falei, a única voz do Sindicato está sendo nesta Casa.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca, proponente do projeto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – De todas as considerações que foram feitas,

algumas têm fundamento, outras me levam à reflexão. Uma delas foi a ponderação da Diretora do Sinesp quanto a não conter nenhum artigo relativo aos aposentados. Nós podemos, no substitutivo, fazer apreciação quanto a essa questão. É procedente.

A senhora me conhece muito bem e sabe que, em 2007, na Lei 14.660, fizemos de tudo para incluir o artigo 100, que dispunha sobre os pisos remuneratórios; e, em todas as campanhas salariais que realizamos com conquistas de índices de reajuste para elevar o piso, sempre vinculamos a questão da incorporação, tendo em vista a necessidade de assegurar aos aposentados os mesmos direitos, os mesmos benefícios, dos ativos.

A senhora também acompanhou a votação do PL 310 nesta Casa, que pelas emendas deste Vereador e do Vereador Eliseu Gabriel tratamos da extensão das duas referências para os aposentados, inclusive aqueles que já tinham o tempo de aposentar, mas dispensando de apresentar títulos, que pudessem também se enquadrar nas duas referências.

Exemplos da luta pela isonomia entre ativos e aposentados são vários, até mesmo no momento em que foi transformado o cargo de adjunto em titular, quando surgiram várias dúvidas quanto ao tempo: se vai contar tempo, se não vai contar, se vai mudar a aposentadoria, se não vai mudar. Não muda absolutamente nada. A mudança da denominação de PEI para PEIF não extrai do PEIF o tempo de lotação em CEI, não extrai seu tempo de carreira, de cargo, de ensino municipal, porque é uma mudança de denominação e ambos, o PEI e o PEIF, integram a classe 01 da carreira do Magistério. O cargo é o cargo docente, e não altera absolutamente nada.

Se mudar a denominação para PEIF, adquirindo o direito de se movimentar dentro da rede por remoção, acontece o mesmo que acontece hoje com uma PEI que, por remoção, vai para outra unidade. O que muda? Na outra unidade, ela não tem tempo de lotação. Então ela pode ficar atrás de outros na classificação por escolha de turnos, agrupamentos. Assim como acontece em EMEI: se mudar para outra unidade, através da remoção, ela pode encontrar uma pessoa lá com melhor classificação porque tem medo de lotação.

A mudança de denominação de PEI para PEIF não extingue cargo, Professor Fábio, assim como não extinguiu cargo de professor adjunto. Quando se fala extingue na vacância é que essa pessoa, ao se aposentar, ou ao se exonerar, o cargo não será provido novamente através de concurso. São cargos de professores titulares. Se alguma professora não fizer a opção de PEI para PEIF, ela continuará como PEIF com a sua composição de jornada até se aposentar.

O cargo de PEI será extinto? Não. O projeto que está em discussão aqui é um substitutivo, com parecer favorável do Relator, Vereador Gilson Barreto, da Comissão de Administração Pública. Este projeto de lei atendeu várias considerações... (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Amigos e amigas, principalmente os educadores e educadoras, vamos respeitar. Realmente a finalidade desta audiência é engrandecer a educação, que está parada neste País. Todos os países deram prioridade à educação, e o nosso país afundou, pois não dá prioridade à educação. Tem que pagar bem o educador. Sempre tive luta por isso. Não dá para a gente aceitar da maneira que estão acontecendo as coisas.

Eu acho que a audiência de hoje é proveitosa. Vamos fazer quantas quiserem, mas que esclareça qualquer dúvida que houver, para que saia um projeto que contente a todos.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Ao contrário do que se afirmou, o projeto está em discussão. A audiência pública cumpre esse propósito de ouvir inclusive o público. As considerações que foram feitas podem ser objetos para ajudar a modificar o projeto, como já foram, pois houve alterações no projeto original.

A carreira do Magistério continua sendo constituída conforme o Artigo 2º do substitutivo, que está em discussão, com as classes docentes; e os cargos de professor de educação infantil, educação infantil e fundamental I, ensino fundamental II e médio.

No parágrafo I do Artigo 2º diz o seguinte: “Os atuais professores ocupantes de cargos de professor de educação infantil poderão optar pela alteração da denominação do

cargo de professor de educação infantil para professor de educação infantil e ensino fundamental I em até 60 dias após a aprovação. Com a mudança da denominação, passa-se a ter a JEIF como jornada”.

Fazendo a opção, a pessoa é incluída na Jornada Especial Integral de Formação, que é a mesma jornada dos professores de CEI e EMEI, para assegurar se a pessoa, quem mudou a denominação, for trabalhar em EMEI ou em EMEF não tenha perda de vencimentos, não tenha perda da composição da sua jornada que, de resto, elogiado por todos que falaram aqui. Até a presidente do Sedin diz, existem qualidades no projeto. Nós não abrimos mão de ter a Geinf. A presidente do Sinesp também disse, igualmente, Geinf para todos não é só uma questão remuneratória, não é só uma questão de composição, mas é um equacionamento, inclusive o envolvimento de todos no projeto pedagógico da escola.

Então não existe... É o que o professor diz: por que a propaganda do vereador nas redes sociais diverge do texto do projeto da lei? Porque o projeto foi debatido e foi modificado, acolhidas sugestões que foram feitas por professores efetivos que já estão na rede, por professores concursados, por professores concursados que ainda aguardam ser chamados, e sugeriram que no projeto fosse incluído que no momento que eles estiverem investidos do cargo possam fazer a opção.

Por que a transformação é uma via de mão única? Não é de via única. O professor que já é Peinf(?) pode, depois da promoção da lei, fazer remoção para CEI e de CEI para EMEI. Não vai esvaziar CEI porque...

- Falas concomitantes ininteligíveis.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Para um professor de EMEI ir para CEI alguém precisa ir para CEI.

- Tumulto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Então a transformação não extingue.

As professoras que estão perto da aposentadoria terão prejuízo? Nenhum, porque

é diferente da transformação de ADEI para PDI. Ali era praticamente uma transposição de cargo. Vocês não integravam a carreira do magistério. Aqui as Peinfs já integram a carreira do magistério na Classe 1. Tempo para aposentadoria, tempo para escolha, atribuição, não modifica nada.

Esse PL traz um (ininteligível) da carreira por um lado, a possibilidade universalizar a Geinf, uma antiga... Aí tem outras coisas que coloca aqui.

Eu vou terminar, mas sempre me colocando à disposição para o debate, para alterações do projeto. O projeto vai continuar tramitando. E dizer a vocês que todos aqueles... O Sérgio do Sinesp diz o seguinte: esse projeto que está aprovado é muito delgado...

- Falas concomitantes ininteligíveis.

O SR. CLAUDIO FONSECA – De fato é muito delicado e foi aprovado e ai ser sancionado. O projeto foi aprovado ontem. Esse, sim, foi...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Peço que vocês leiam. O meu não tem nenhuma garantia de sanção. Agora, esse daqui foi aprovado ontem, tem garantia e vai ser sancionado e trata de terceirização, e trata de parcerias na educação infantil de 0 a 6 anos. Não precisa acreditar no autor do PL 68. Leiam, por favor, leiam.

- Manifestações fora do microfone.

- Falas concomitantes ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – (ininteligível) o pessoal está ficando nervoso aí. Senão não vai dar. Já são 16...

- Falas concomitantes.

O SR. CLAUDIO FONSECA – (ininteligível) estou disposto a novos debates, novas discussões. O projeto 68 vai ter continuidade inclusive na Comissão de Educação, na Comissão de Finanças, no plenário nós vamos continuar debatendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós vamos ter condição, vocês todos aqui, de debater outros dias, até que vocês mesmos vão falar que não precisa mais ter audiência pública.

Vamos chamar os inscritos aqui. Rafaela Paula Zine.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu tenho aqui, eu posso ler, Claudio, se quiser. Não sofisme, Claudio. O Claudio é o mestre do sofisma.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não estou sofismando.

O SR. ANTONIO DONATO – Desvia o assunto. Vamos tratar do 68...

- Tumulto.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu presido, sou da Comissão. Se você for embora eu presido.

- Tumulto.

A SRA. – Eu quero pedir licença para poder falar. Esse espaço é do povo, é uma audiência pública e somos nós que temos que falar, é a nossa voz que tem que ser ouvida.

- Tumulto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Fiquem à vontade.

A SRA. – Esse espaço é nosso, é para nós.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Leia o projeto 27.

A SRA. – Eu quero falar. Eu peço licença.

O SR. ANTONIO DONATO – (ininteligível) a lista de inscrições, por favor.

- Tumulto.

O SR. ANTONIO DONATO – A ordem já está restabelecida, é só chamar as inscrições.

A SRA. – Eu sou a primeira inscrita, eu tenho direito de falar.

O SR. ANTONIO DONATO – Segue a ordem das inscrições.

A SRA. - Eu quero falar. Sr. Presidente, por favor, a ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Olha, pessoal, vocês são ligados à Educação. Que exemplo vocês dão...

- Tumulto.

A SRA. - Pessoal, vamos sentar, porque o que ele quer é que vocês não sejam ouvidos. Vamos nos tranquilizar, vamos garantir a audiência para colocar as coisas no lugar.

- Tumulto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Ficou bem claro que eu que não quero ouvir.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Pessoal, ou vocês se acomodam ou não vai dar continuidade. Eu não gostaria de fazer isso.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós vamos dar continuidade. Vou chamar o primeiro inscrito: Rafele Paula Zine.

A SRA. RAFAELE PAULA ZINE – Boa tarde. Quero agradecer aos presentes. É muito bom ver companheiros e companheiras aqui sempre na luta. Esse é o nosso histórico, sempre foi, e esse é o nosso cargo. Eu só perco muito orgulho...

Trabalho desde o início da minha carreira como PEI e tenho muito orgulho do que eu faço. Eu ingressei na carreira ao terminar o estudo que era necessário e ainda continua estudando, sou pesquisadora.

E não concordo com essa transformação, porque o PL 68, na fala do Fábio que trouxe aqui alguns questionamentos que eu acho que é pertinente a todos nós, que todos nós estamos preocupados, é com o perigo de um projeto de lei no momento que nós estamos

vivendo hoje. Então nesse momento o que nós mais precisamos é desse espaço de debate, porque o PL não foi debatido. Alguém aqui foi chamado? Eu não fui. O PL 68 foi pouco debatido e eu quero agradecer esse espaço, agradecer ao Vereador Claudio Fonseca, agradecer ao Donato, porque nós precisamos mesmo é debate.

O questionamento que acho que até o Fábio fez e também é de todos, a minha maior preocupação é como que os nossos direitos que nós já temos, nossos benefícios como PEI, nós temos o direito ao Geinf e isso é uma garantia, até mesmo porque quando eu escolhi ser PEI foi a primeira escolha que eu fiz, e eu não gostaria no momento de ver esse meu cargo transformado. Como é que a Geinf será garantida para todos? E aí eu digo não só do salário, não é só o piso. Eu digo também da questão que nós sempre primamos, que é a questão do estudo. Com a formação que nós temos de professores, coordenadores, como é que de fato dentro de uma unidade será garantida essa Geinf para todos? Eu acredito que não vai dar, mas tudo bem.

Bom, como eu já falei, eu sou contra essa transformação do cargo. Outra coisa que me preocupa, que a Claudete veio mostrar aqui nos *slides*, é a questão desse período de trabalho dentro do CEI. Eu li e reli o PEI e eu ainda sou contra. A minha consciência crítica, como disse Paulo Freire, não permite que isso vá adiante do jeito que está. Claro, se for feito alguns apontamentos, caro Vereador Claudio, nós até poderíamos ser a favor, mas por enquanto não dá.

O que eu ia falar é a questão dessa jornada. No CEI nós temos dois períodos de trabalho, que é algo também que foi uma conquista do PEI, que é uma conquista do nosso cargo, que é a gente ter o vínculo com as crianças. Subentende-se, ao ler o PL 68, que deveria ter mais um professor nesse intermédio. Como é que as nossas crianças que são atendidas no CEI, que têm a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses, vai conseguir ter um vínculo com um terceiro professor? Isso é um estudo comprovado...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. RAFAELE PAULA ZINE – Existe, existe. É a faixa etária atendida. Até mesmo na EMEI deveria ser repensado.

Bom, esse é o questionamento que eu tenho. Quero agradecer mais uma vez e pedir aos meus colegas que sempre estejam aqui presentes porque novamente o que precisamos é de discussão. Esse PL precisa de muitas mudanças e até escutei alguém dizendo que o sonho das PEIs era de entrar nesse trânsito. Desculpem, meus amores, o meu sonho não é, o meu sonho foi conquistado, realizado e é hoje porque sou PEI com muito orgulho e tenho tudo que queria ter. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Aline Pimentel.

A SRA. ALINE PIMENTEL- Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer ao Vereador Donato por abrir essa discussão para nós por nos chamar para essa audiência pública, para que possamos democraticamente discutir esse PL.

Eu sou contra esse PL por várias razões, mas a principal é o momento que estamos vivendo, o momento de insegurança. Teríamos de ser muito ingênuos para acreditar que vai passar esse projeto em nosso benefício. Um PL quando ele vai para ser votado, pode ser aprovado parcialmente, integralmente ou sofrer emendas. E todas essas mudanças, esse vetos podem prejudicar. Eles podem tirar, por exemplo, a garantia de GEIF para todos os professores, aprova e corta isso. É a única coisa que beneficia os PEIFs seria ganhar em GEIF. Só que ele pode cortar isso e pode cortar muitas outras coisas, aprovar e depois forçar os professores a irem para IMEI e EMEF. É muito mais fácil jogar a educação infantil para as conveniadas.

E para um prefeito que disse que pode fechar sala de leitura, que pode fechar brinquedoteca, pode fechar tudo, porque o brincar em segundo lugar, a criança tem de aprender e a gente está na educação infantil, e a aprendizagem é única e exclusivamente através do brincar, Olha a visão que ele tem da educação. Para ele nós não somos educação: educação infantil é brincadeira, a criança vai lá para brincar, a criança vai lá para passar o

tempo para os pais poderem trabalhar.

Então não podemos deixar isso passar, a gente vai perder a qualidade da nossa educação dita pelo professor. Obrigada, (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Eduardo Kenedy.

O SR. EDUARDO KENEDY – Boa tarde a todos, eu sou PEI, antes que alguém pergunte, com muito orgulho. (Palmas)

Eu gostaria de falar o seguinte: dentro dos CEIs, se esse projeto for aprovado, será criado o terceiro turno dentro do centro de educação infantil, sendo que o CEI direto, de acordo com a prefeitura é três vezes e meio mais caro. Vocês acham que o governo vai aprovar isso?

A abertura dessa transição é restrita, põe os CEIs em situação vulnerável, pois apenas com uma portaria, o prefeito pode passar as unidades diretas para o convênio de forma irrestrita por meio dos PPPs. Vocês acreditam nisso? É óbvio, se é mais barato, não é?

O Secretário de Gestão, estou falando da gestão Doria, já afirmou que não há dinheiro para o terceiro turno e também para GEIF para todos. Ele afirmou isso, não é achismo meu, ele afirmou. A parte que fala de nós, para todos, pode ser facilmente vetada pelo prefeito porque nada impede isso. Por exemplo, no projeto de lei do Claudio Fonseca, no artigo 3º, está falando que altera o artigo 12, da 14.660, onde trata das jornadas. Por que ele deixou os professores de educação infantil em separado? Será que é para vetar mais fácil.

Vou responder também o questionamento da Benê, que pergunta se o prefeito quer o PL. Ele quer, porque o partido do Vereador Claudio Fonseca é base do governo.

Será que um está falando com o outro? Se a sua intenção é tão boa, Sr. Vereador, eu quero deixar bem claro que vou sugerir algumas alterações. Por exemplo, onde você coloca o professor de educação infantil, professor de educação infantil 1 e fund 1, professor de educação infantil, fundamental 2 e médio no mesmo artigo, onde se dispõe da jornada básica para todos de 40 horas, é simples. Coloca todo mundo em um artigo só. Você não coloca.

Já que a sua intenção no PL 68, a abertura novamente do trânsito irretratável para

aqueles que assim o desejarem, tanto do PEIF que quiser vir para o CEI, como PEI, tanto o PEI que quiser ir para PEIF, mas de forma irretroatável. Sabe por quê? Exatamente, muito obrigado, vou tentar sintetizar.

Não sou contra GEIF para todos, sou contra a terceirização e o abandono da rede direta de educação infantil. O que esse projeto facilita para o governo municipal? A não chamada de novos concursos para compor a rede. A prefeitura tem um déficit hoje de mais 4 mil professores e por isso a nova portaria de módulos onde deixa centenas de colegas meus, professores excedentes.

E por último, gostaria de deixar bem claro aqui, Sr. Claudio Fonseca e João Doria, tirem as mãos do meu cargo. 100% CEDI, 100% Educação infantil. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Aos presentes, eu assumi um compromisso de vir presidir até 16:30h porque tenho um outro compromisso de saúde.

O Antonio Donato me pediu e o Claudio também, e vim com a maior boa vontade, não tenho condições de ficar mais. Vou chamar o quarto orador. Depois estarei às ordens para presidir quantas audiências públicas tiverem. Sra. Célia Cordeiro da Costa.

- Assume a presidência o Sr. Antonio Donato.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Boa tarde, sou Célia Cordeiro da Costa, 31 nos de ensino municipal, com dois cargos. Para ser rápida, tenho dois documentos em mãos. O projeto de lei 68, do Prof. Claudio Fonseca e o documento das decisões do 27º Congresso do Sinpeem, que tem 55 mil filiados na rede. São 4 mil pessoas que participaram e concordaram com o que está aqui.

O que está escrito aqui que temos de lutar para conquistar. O que o Sinpeem propõe, que é presidido pelo Prof. Claudio Fonseca. Exigir que os CEIs indiretos sejam incorporados à rede direta, exigir a ampliação dos módulos, brinquedoteca em todos os prédios de educação infantil, ampliação da rede direta e fim das terceirizações e convênios com empresas, direitos iguais a todos os profissionais, exigir do governo fixação de prazo, não

superior de cinco anos, para a substituição de toda a rede conveniada, verba pública exclusivamente para a escola pública estatal, inclusão na GEIF independentemente de regência de classe aula e garantia da mesma composição de GEIF para os professores de CEI.

O que temos no projeto é exatamente o que nós aprovamos para a luta. Não estou aqui perguntando para vocês se acham que o governo vai querer isso. Não, estou convocando a categoria para lutar, para que isso seja conseguido na luta. Essa é nossa luta da categoria, não é para dividir sindicato, não é para dividir professor de educação infantil e de fund 1 e fund2. Não é.

O projeto cria uma jornada docente, que é a jornada do cargo, todos vão ter uma jornada do cargo de 40 horas aula, de 45 minutos, com 11 horas aulas, com 33% de formação.

O Prof. Claudio Fonseca é totalmente contra as terceirizações, ele tem um PL 287, que propõe que todos os prédios públicos de unidades escolares, CEIs, EMEIs, CEMEIs, EMEFs, EMEFEMs, todos sejam proibidos de serem privatizados, conveniados ou concedidos, os que estão e os que serão criados. E os 378 CEIs da rede que foram construídos pela prefeitura e estão com contrato com a iniciativa privada sejam devolvidos imediatamente.

Enfim, pergunto, como militante do PT por mais de 31 anos, como toda a bancada do PT coloca um projeto de lei que no seu artigo 16: para fins de execução das políticas públicas da primeira infância, o poder executivo poderá firmar convênios e celebrar parcerias com o setor privado. Claudio Fonseca sempre esteve ao lado de nós.

- Manifestações fora do microfone.

- Tumulto.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, por favor.

A SRA. CELIA CORDEIRO DA COSTA – Quando Marta Suplicy diminui as verbas da educação de 30 para 25%, ele foi expulso do PC do B, mas ficou com a categoria. Ele me respeita, ele me representa e luta pela categoria e por uma escola pública, laica e de

qualidade.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pessoal, só um minuto, Temos ainda 20 inscritos. A primeira coisa é respeitar o tempo combinado de três minutos. Eu não tenho como cortar o microfone, E peço que as pessoas respeitem o tempo, estamos avisando um pouco antes, mas com três minutos, já teremos mais uma hora de audiência pública, temos 20 pessoas.

O próximo é o Sr. Antonio dos Santos. Eu também peço que respeitem a fala de quem está no microfone. É bom para todo mundo, no final podem aplaudir ou vaiar, mas escutem. Silêncio, por favor.

O SR. ANTONIO DOS SANTOS - Gostaria de cumprimentar o Vereador Antonio Donato, agradecer a oportunidade de debater o projeto. O Vereador Claudio Fonseca está aqui para fazer esclarecimentos e eu sou advogado CEDIN.

Embora o que pese os esclarecimentos sobre o projeto, ainda persistem alguns temores e preocupações. Nesse sentido, o CEDIN está fazendo uma proposta. Vereador, nós gostaríamos de protocolar publicamente uma proposta de alteração ao PL feito pelo CEDIN, que é o objeto de cinco meses de estudos, debates em comissões para que possamos alcançar um projeto que seja satisfatório para toda a categoria.

Vou ler, rapidamente, peço licença, os pontos dessa proposta. Proposta de alteração ao Projeto de Lei 68/2017, de autoria do Vereador Cláudio Fonseca, que autoriza alterações na Lei 14.660, de 2007.

O primeiro aspecto, acrescer § primeiro e segundo ao artigo 6º, da Lei Municipal 14.660, com a seguinte redação, passando o artigo 6º a ter § primeiro: os professores ingressantes aprovados em concurso de provas e títulos para o cargo de professor de educação infantil poderão optar em caráter irrevogável pela alteração da nomeação do cargo de professor de educação infantil para professor de educação infantil e ensino fundamental

após 12 meses de efetivo exercício. § segundo: os profissionais que optarem por alterar a denominação do cargo manterá, na nova situação, as mesmas referências, igual aos vencimentos que possuírem na data da alteração.

Segundo ponto da proposta: alterar o artigo 11, da Lei Municipal 14.660, que dispõe sobre a atuação dos docentes. Passaria a ter o artigo 11 a seguinte redação: Inciso 1, alínea a, professor de educação infantil: no centro de educação infantil, CEI, escolas municipais de educação infantil e CMEIs. Alínea b, professor de educação infantil e ensino fundamental, na educação infantil EMEI, CMEI e escola municipal de ensino fundamental. Alínea c, professor de ensino fundamental 2 e médio: no ensino fundamental 2 e ensino médio e na escola municipal de ensino fundamental.

Ponto três. Quanto à jornada de trabalho dos integrantes da carreira do magistério municipal terão do artigo 12, da Lei Municipal 14.660, primeiro inciso, professor de educação infantil e ensino fundamental 1, professor de ensino fundamental 2 e médio, jornada docente correspondendo à 40 horas de aulas de trabalhos semanais.

A outra alteração, artigo 14, passaria a ter a seguinte redação: observada as condições previstas nesta lei, os docentes titulares de cargos de professor de Educação Infantil poderão ingressar na jornada especial de hora/trabalho excedente para regência de turma no Centro de Educação Infantil, Centros Municipais de Educação Infantil e escolas municipais de educação infantil.

Ponto 5º, alterar a composição da jornada docente conforme disposto no artigo 15.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Se está escrito, o senhor pode entregar.

R – Vou pedir para fazer o protocolo dessa proposta para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Ok. Obrigado.

Próxima, Renata Cristina Dias de Oliveira.

A SRA. RENATA CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer ao Vereador Donato pela audiência pública de discussão desse PL e a todos

que aqui estão pela importância da composição desse diálogo. Parece-me que a gente está diante de um PL intencionalmente confuso e o dia de hoje corroborou com essas nossas reflexões, um projeto que tem natureza dúbia na sua proposição, trata de questões distintas. Nenhum educador e nenhuma educadora da rede municipal de São Paulo serão contra a nenhuma alteração de jornada que favoreça a nossa formação. Queremos horário de formação e, historicamente, essa rede aguerrida lutou pelos seus horários de formação. Portanto, somos favoráveis àquilo que a Presidenta Dilma sancionou na lei federal.

O que nos inquieta é que nesta proposição de defesa à formação e ao direito de formação de todas as educadoras e educadores se insere outra questão que nos preocupa, que é a proposição de alteração da denominação do cargo de PEI de sua estrutura na sua categoria de forma unilateral; preocupa-nos quando falamos aqui de unificação da carreira - nos parece e Fábio tocou nessa questão - que a unificação da carreira se dá de forma unilateral. Há um problema instalado, não sei, que precisa, então, ser aberto e participar do restante da rede. A garantia de JEIFs para todos não precisa mexer no cargo de PEI. São lutas distintas. (Palmas)

Nós precisamos ter clareza do que estamos discutindo e do que efetivamente está sendo proposto nas entrelinhas desse PL. a transformação e a proposta desse PL não conversam com a realidade na qual eu e todas vocês e todos vocês, educadores da rede, pisam todos os dias. Vivemos um contexto hoje de política pública na Cidade onde há cortes. Há cortes de professores de módulo, há cortes de verba para o PPRF. Há cortes no leite, há cortes e cortes e aí dizem para nós que estamos diante de um projeto que, nesse contexto de cortes proverá JEIF para todos. (Palmas)

Como já foi dito aqui, temos um risco de que os parágrafos, os incisos, os artigos que tratam da JEIF para todos seja vetado e ficará sobrando o quê? O PL também não conversa com a realidade de todos os dias dos CEIs e das escolas aonde nós habitamos, porque a carga horária dos professores não conversa com a carga horária das jornadas

propostas.

Outra questão, para terminar, o PL diz que o PEI vai ter 60 dias para optar e 90 dias para desistir e aí a gente se pergunta: “quais são os direitos acerca da nossa locação enquanto funcionários públicos? Depois de 60 dias eu volto para onde? Com quem fica a minha sala? Somos a favor de uma educação infantil pública de muita qualidade. Nós temos histórias, nós temos pessoas, nós temos bebês e crianças. Quando juntos nós somos muitos e quando muitos somos muito mais que 300.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Priscila Pita, em seguida Luci Guideo.

A SRA. PRISCILA PITTA – Boa tarde a todos e todas, meu nome é Priscila Pitta, eu sou professora de Fund I desde 2002 e diretora do Sinpeem e venho aqui trazer a minha experiência nessa trajetória toda. Quase todo o tempo fui militante, mas houve um tempo em que eu não era e que não entendia, a rede era muito abstrata para mim, que vim de uma rede particular de muitos anos. Prestei um concurso que era para os dois cargos, adjunto e titular e o adjunto era uma mão-de-obra barata. O adjunto ganhava por dez aulas, se ele desse mais ganhava, senão, não. então, não se chamava titular no concurso, porque o adjunto dava conta, era um professor de segunda classe e era barato.

Nas lutas da conquista, inclusive, principalmente do meu sindicato, Sinpeem, conquistamos a transformação. Primeiro conquistamos que o adjunto tivesse a jornada de 18 mais duas de 20 aulas, que era “jotabezinha”. Era a jornada do cargo, as pessoas se aposentavam por ela. Pensem, as pessoas se aposentavam com 20 aulas, era miserável a situação.

Mas, melhorou um pouquinho, o adjunto deixou de ser barato e começaram a chamar os titulares. Assim fui chamada como titular e acumulo o meu cargo. Sofri muito enquanto adjunta, porque eu ia todos os anos, deplorável, nas DREs. Elas debochavam de nós, diziam: “Não está contente, exonera”. E era uma tortura, não tinha lotação. Teve um ano

que eu passei por cinco escolas diferentes.

Depois de tudo isso, comecei a militar por sentir indignação nessas atribuições. Comecei a militar porque um dirigente sindical, Fidel, se aposentou, me ajudou e eu falei: “Bom, é aí que eu vou. Eu vou contra as injustiças”. E hoje eu vejo essa injustiça no cargo de PEI e me entristece quando ouço dizer assim: “Eu sou professora de educação infantil com muito orgulho”. Eu também sou, não prestei concurso para educação infantil. Prestei concurso para Fundamental I e as professoras de educação infantil foram transformadas em educação infantil e fundamental I. Isso não trouxe a vacância por cargo, isso não trouxe prejuízo para o cargo nem para ela, nem para o professor de Fund I.

Eu sou Priscila Pitta, professora de Fund I, orgulhosa de ser Fund I, mas não tenho problema algum de ser de educação infantil. Então, eu acho que a gente tem de chegar num consenso...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor. Silêncio.

A SRA. PRISCILA PITTA – Eu penso que nós temos de chegar num consenso. Ninguém está querendo mexer, linda, no seu cargo, nem no meu. Ele não vai deixar de existir, só vai ter os mesmos direitos, porque o meu sindicato luta por isonomia e o que eu sou não sabe o que é. Obrigada.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Luci Guidio, em seguida, Ana Maria Dünkel.

A SRA. LUCI GUIDIO - Prezada Mesa, prezados colegas, professoras e professores presentes, sou Luci, professora de educação infantil, de ensino fundamental, fiquei quase dez anos diretoria em um Centro de Educação Infantil. E eu queria dizer o seguinte: que trabalhar com bebês é uma tarefa cientificamente comprovada, de extrema importância, onde nos formamos para fundamental I. Também nos formamos para educação infantil e não é esse

o caso. Eu gostaria de garantir aqui o direito de as pessoas que escolheram estar trabalhando com os bebês. É isso e isso não está garantido.

E como aposentada digo a vocês: estou na militância pela qualidade da educação infantil e acredito que se fosse prestar um concurso hoje, prestaria para PEI. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Próxima, Ana Maria Dünkel, depois Floreal Marin Botias Junior.

A SRA. ANA MARIA DÜNKEL – Boa tarde a todos os presentes, a mim me alegra muitíssimo ver tanta gente preocupada em discutir a educação infantil nessa cidade. Isso é maravilhoso. Acho que é a primeira coisa que tem de ser marcada aqui.

Outra coisa importantíssima é agradecer o espaço democrático da discussão. É muito importante que a gente possa discutir, debater ideias e não nos contrapor enquanto pessoas. Acho que é outra questão importante para a gente e vi algumas falas desencontradas. Respeito as posições, mas eu entendo que o trabalhador tem de se identificar com o trabalhador. Essa é uma questão importante. A gente não pode perder de vista, militar sim, discutir sim, mas a gente tem de ter uma identidade e essa é uma questão importante se a gente vai lutar por coisas maiores: educação pública de qualidade, direitos, etc. Os tempos são bastante bichudos e a meu ver, vocês me desculpem, acho que é importante a gente não perder a carta de princípios que nos move no dia a dia.

Mas, vou pedir licença um pouquinho e vou tentar ser breve e respeitar o tempo. Falar um pouco do processo histórico, o professor Fabio recuperou bastante o processo histórico de constituição de educação infantil na cidade de São Paulo e a Benê também falou que a gente não pode perder a memória.

Sou oriunda da educação infantil, fui professora, coordenadora pedagógica e militei por muitos anos na educação infantil. Só que eu queria trazer para vocês algumas coisas e fazer com que a gente pensasse um pouquinho o universo de educação infantil, que é feito no CEI, é alguma coisa muito diferente do trabalho que é feito nos outros lugares. Reconheçamos,

criança pequena é diferente de criança maior, é uma questão de você respeitar desenvolvimento humano. Esse é o primeiro ponto.

Queria trazer outra marca histórica: a creche nesse país e no mundo é conquista das mulheres, ela não foi dada de graça. É uma política pública de conquista. (Palmas) Então, é uma coisa que a gente não pode perder de vista. E por ser uma conquista feminina e feita predominantemente por mulheres é algo que não tinha muito valor no mundo, onde o fazer feminino sempre teve pouca importância, haja vista que as mulheres ainda ganham aqui no Brasil e no resto do mundo menos que os homens.

Então, pensando nessas questões eu queria voltar a pensar um pouquinho. Nesse sentido queria dizer que é muito importante que a gente não apague a marca histórica da construção do fazer por esses trabalhadores crecheiros, se vocês me derem licença de empunhar essa nomenclatura, respeitosamente, para pensar um pouquinho no processo histórico. Quer dizer, esse fazer oriundo da creche que surge lá em SAS e que em 2002 vem para a educação, traz um processo histórico de constituição de um fazer diferenciado, que a gente não pode apagar enquanto processo histórico.

A mim me causa muita perplexidade por que professores de diversas denominações não podem coexistir e transitar entre os equipamentos? Por que só o professor de educação infantil, PEI, tem de ter o seu cargo extinto e não os demais se somos todos professores?

Então, essa é a minha pergunta que cala mais fundo. Por que eu tenho de apagar o processo histórico de constituição de um fazer muito diferenciado para uma faixa etária muito diferenciada, que fala uma língua que a gente não domina e não o contrário, em vez de somar esforços no sentido de garantirmos conquistas para todos? Para todos os trabalhadores, para todos os professores, para todos os educadores?

Agradeço a todos e perdoem-me se avancei no horário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Ana Maria. Floreal Marin

Botias Junior, depois Meire Mendes.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Boa tarde a todas e todos. em nome do Vereador Antonio Sampaio, que não está mais presente, do Vereador Claudio Fonseca e do Vereador Donato, quero cumprimentar todos os homens e educadores presentes. Em nome da Benê, quero cumprimentar todas as mulheres e todas as educadoras presentes.

Quero dizer que tenho uma história na educação infantil e tenho orgulho dela. Iniciei, fazendo uma correção, não em SAS, não em FABS, mas em Cobes, quando era Coordenadoria de Bem Estar Social, como monitor do Mobral. Portanto, militante da educação desde o início da década de 80.

Nessa condição viemos para a educação e assim milito na direção hoje do Sinpeem como professor de educação infantil e ensino fundamental I. A minha formação, tanto no Magistério, quanto na Pedagogia, na Universidade de São Paulo me dá o direito e a garantia de trabalhar de zero a três, de quatro a cinco e acima dos seis no ensino fundamental, seja no regular com as crianças, seja na educação de jovens e adultos no noturno.

E vou dizer que aqui coloco a condição de quem tem uma história também para observar que a questão da terceirização da educação infantil começou no início da década de 80, quando Mario Covas, Prefeito biônico desta cidade, pois o Governador Montoro, sendo eleito Governador, indicava o Prefeito desta cidade e traz para a Secretaria de Bem Estar na época, Marta Teresinha Godinho.

Gostaria que os historiadores e os estudiosos da educação infantil resgatem essa questão. Por quê? Naquele tempo não existia o PL 68 e, ali, iniciou-se um processo de terceirização e de conveniamento da educação infantil com as ONGs que se dizem Organização Não Governamental, mas querem o dinheiro público para poder funcionar. E muitos, inclusive, têm interesse nesses convênios e nós precisamos investigar e saber qual o interesse que está por trás.

Segundo, nós fizemos, o Paulo Maluf, na sequência, como Prefeito dessa cidade

que transferiu prédios públicos da educação infantil na época das creches para a iniciativa privada – leia-se essas ONGs – que tenho dificuldade de entender qual é o caráter delas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, por favor.

Terceiros, fizemos depois um governo de Marta Suplicy, na época Prefeita eleita pelo Partido dos Trabalhadores. E é bom lembrar, quando eu falo do Partido dos Trabalhadores, pedem para concluir. Mas, vamos lá.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É para lembrar que o senhor tem mais 30 segundos.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Vamos lá, Sr. Vereador. Vou concluir dizendo que Marta Suplicy, tendo sido eleita naquela época, os Vereadores da Bancada aceitaram a imposição de votar em 40% de reajuste para os cargos de confiança e zero para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, por favor.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Eu agradeço ao Vereador Claudio Fonseca que, na época, disse “não” a isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Essa mesma Prefeita...

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Essa mesma Prefeita quis que diminuísse as verbas da Educação.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Seu tempo já esgotou. Quatro minutos.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – E quero concluir chegando no Prefeito Haddad que foi, e a í peço aos historiadores – dez segundos para concluir – se eu não tivesse

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sra. Neide Mendes é a próxima.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – Se eu não tivesse sido interrompido pelo Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não, só estou avisando todos.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Neide Mendes.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JUNIOR – O Prefeito Haddad chamou para ser seu Secretário de Governo Antonio Donato que, no seu primeiro ato, veda um projeto de lei de interesse da Educação e de interesse da educação infantil.

E foi aquele Chefe de Governo que fez a maior privatização da educação infantil. Estudem isso e vocês vão entender todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Neide Mendes é a próxima.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Depois Joélia Aguiar.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor. Neide Mendes.

A SRA. NEIDE MENDES – Olá, boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade.

Voltando à nossa discussão sobre o projeto 68, eu gostaria de perguntar se a intenção do projeto é pela igualdade de nomenclatura, uma vez que as exigências para a PEI e PEIF são as mesmas, por que não mudar a nomenclatura e deixar livre o trânsito no momento da remoção?

O Sr. Claudio Fonseca disse que essa é uma das propostas, porém, ela não consta e nós sabemos que vale o que está escrito. Se a intenção é garantir a lei 11.738 do terço de jornada para a formação, porque não pensar em ações para adequar essa lei ao CEI, como já está? Já que a transformação é optativa, a questão não vai deixar de existir para os

profissionais que não transformarem.

Então por que pensar nisso como um problema se a situação já é um problema agora. Nós vamos mudar só o pajem da situação e qual a perspectiva dos profissionais de CEI que não optarem por essa transformação de cargo, isso a médio e longo prazo? A perspectiva é a vacância? O que vai acontecer com a evolução funcional? Mais uma vez o Vereador Claudio Fonseca disse que isso será garantido, tal como está, porém, no PL não consta. Vale o que está escrito.

E, para encerrar, só deixar uma dúvida: vamos supor que esse PL seja aprovado e que um número significativo de PEIs decidam para PEIF. Quem vai suprir a lacuna deixada? Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Joélia Aguiar. Depois Sheila Mendes.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Sem medo de ser feliz. Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Vereador Antonio Donato por ter marcado essa audiência pública e também agradecer o Vereador Claudio Fonseca por ter comparecido.

- Manifestação na plateia.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Não, mas é importante.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Por favor, companheiras. Não podemos perder muito tempo, porque já está no adiantado da hora. Mas ele compareceu e é importante para ele sentir como nós estamos nos sentindo. Isso é muito importante, porque se ele não vem, ele não sabe como nós nos sentimos. Apenas meia dúzia de pessoas que o cercam e falam para ele que quer esse trânsito que nós não queremos.

Eu sou muito feliz, esse cargo é o meu cargo. É um cargo que não foi criado por ele; ele nunca quis; ele não quer e continua não querendo; e ele fez esse projeto e no projeto ele pratica a maldade, não simplesmente ele tenta ajudar o trabalhador, garantir que esse

trabalhador transite, tem a prática da maldade. Então é importante que ele venha e que ele ouça de nós.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para ele, porque aqui, nessa tarde, não são as 'crecheiras' analfabetas que estão falando, são as professoras de educação infantil, as mestres, doutoras, como o Dr. Ralfmann, como a outra professora aqui que eu esqueci o nome (Pausa) Dra. Renata. Então quem está na defesa da educação infantil não são as 'crecheiras' analfabetas e é importante que nós estejamos, e que ele esteja presente para ele saber, para ele compreender o universo da educação infantil, porque ele é um professor de matemática, de ensino fundamental II. Ele não compreende a educação infantil.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Ele é muito inteligente. Ele é um Vereador da Casa, ele preside o maior sindicato de educação da cidade de São Paulo. É verdade, o Sedin tem 15 anos. E, em 2003, quando nós trabalhadoras da educação infantil queríamos trazer a educação infantil para a educação, a primeira proposta para regulamentar foi para ele e ele rejeitou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – E, de lá para cá, ele rejeitou o tempo todo. Então eu acho que nós estamos fazendo a coisa certa.

Eu o convido a nos conhecer e a compreender que esse cargo é o nosso cargo. Ele não nos perguntou e nós somos 100% PEIS. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sheila Mendes, por favor.

A SRA. SHEILA MENDES – Boa tarde. Meu nome é Sheila, Sedin 100% na luta. Bom, vou continuar a leitura do substitutivo que será entregue à Mesa.

5º. Alterar a composição da jornada docente, conforme disposto no artigo 15 da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007.

1. Jornada docente, composta por 40 horas/aula de trabalho semanal, sendo 25

horas/aula regência de 45 minutos cada e 15 horas adicionais destas, 11 horas a serem cumpridas obrigatoriamente na escola e 4 horas em local de livre escolha.

6º. Alterar o disposto no artigo 33 da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007, em especial o § 5º, visando acrescentar os avós no texto da lei e, ainda, a alteração da quantidade de dias para o afastamento do docente em virtude de luto.

No artigo 33 não há alteração.

4º. Luto pelo falecimento do padrasto, madrasta, avós, sogros e cunhados até 4 dias.

7º. Alterar o disposto no artigo 53, da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007. Artigo 53, no inciso XIV. Ter assegurado o afastamento com todos os direitos e vantagens do cargo para o exercício de mandato de dirigente sindical e entidades representativas da Educação no Município de São Paulo, na forma da legislação vigente, fazendo jus ao prêmio de desenvolvimento educacional como se estivesse no exercício efetivo das funções do cargo.

8º. Alterar o inciso III do artigo 66, da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007, para fazer constar a anuência do docente no artigo 66, III, ministrar aulas em entidades conveniadas com a Prefeitura do Município de São Paulo, com a anuência do docente.

9º. Alterar o quanto disposto no artigo 83 da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007. Artigo 83. Os atuais titulares de cargo de Professor da Educação Infantil e Professor da Educação Infantil e Fundamental I poderão optar expressamente, uma única vez em caráter irrevogável, pela transformação do cargo que titularizam: PEI, para o cargo de Professor de Educação Infantil Fund I, e PEIF para o cargo de Professor de Educação Infantil PEI Infantil, respectivamente, pelo prazo de 90 dias contados da publicação desta lei.

Observação. Observamos que no ato da transformação de ambos os cargos, a pontuação para a atribuição deva garantir a pontuação já adquirida no cargo anterior, mantendo no novo cargo os mesmos critérios para os que optarem pela transformação.

Art. 10. Alterar o quanto disposto no § 1º do artigo 84 da Lei Municipal 14.660, de 26 de novembro de 2007. Artigo 84, § 1º. Aos titulares dos cargos mencionados neste artigo, que não preencham os requisitos necessários, fica assegurada a transformação de que trata o *caput*, na medida em que preencherem os requisitos exigidos até um ano após a aprovação desta lei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ivani Andrade.

A SRA. IVANI ANDRADE – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Vereador Donato por nos dar a oportunidade de fazer essa discussão do PL. Na presença da Claudete, cumprimento os outros da Mesa.

Eu vou dividir o tempo com uma amiga minha, então serei bem rápida.

Lembro à Miriam o seguinte: que ela só foi garantida pelas 20 horas por causa da 13.574, de autoria da Ex-Vereadora Claudete Alves.

Outra coisa é o seguinte: a emenda que o Sr. Claudio Fonseca aprovou para a retirada das escolas da parceria público-privada foram vetadas. Então, corremos o risco, sim.

E outra coisa: desculpe-me, mas o Sr. Vereador e Presidente de um grande sindicato, com 55 mil filiados, teve o quê? Foi eleito nessa última eleição com uns 20 mil votos. Acho que, pelo menos, 5 mil votos foram dos PEIs. E se 5 mil votos foram dos funcionários, então é o seguinte: não é PEI que está pedindo esse projeto. Então, tira a mão do meu cargo.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

A SRA. _____ - Eu vou dividir o tempo com ela.

Todo mundo já falou, está contemplado. Eu só queria lembrar que para cumprimento da lei federal não precisa transformar o cargo. A gente está sentando em propostas, a gente senta. Já tem proposta fechada. Não precisa transformar o cargo.

Outra coisa também: quando você coloca, na justificativa do projeto, o Plano

Municipal de Educação, devemos nos lembrar de que o Plano dispõe sobre a quantidade de crianças por professor, o que a portaria não respeita. O Plano também fala da valorização do professor, o que também não está sendo respeitado, porque falam que não há dinheiro.

Então, quando vocês lerem um projeto se atenham à justificativa. Essa justificativa cai por terra. Não precisa transformar o nosso cargo. Basta sentar. Vamos discutir. Vamos propor o aumento da jornada de formação, mas sem mudar o cargo, sem fazer essa bagunça, sem optar.

Então, há muitos pontos, lá nas metas, que são 13 metas, que não estão sendo cumpridos.

Portanto, peço ao Vereador, já que ele quer fazer alguma coisa pela Educação, então que sejam essas metas, que não deixasse passar essa portaria, que traz os professores como burros de carga.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Rosemary Valentim.

A SRA. ROSEMARY VALENTIM – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Vereador Donato por esta oportunidade de discussão. Este, aqui, é um momento riquíssimo. Estarmos aqui para discutirmos a nossa vida, a vida de PEI é um momento, realmente, para agradecermos a quem nos deu esta oportunidade.

Não serei redundante, porque eu estou aqui representando quem está no chão da escola, diferente de quem está na entidade e discute as políticas públicas, os orçamentos.

Farei uma defesa, aqui, de quem está no chão da escola. E eu vou abordar, somente, dois assuntos.

Eu ingressei, como PEI, em 2004, justamente no processo de transformação das ADIs para PEI, em uma luta que eu já vinha acompanhando na cidade de São Paulo, que é uma luta específica de quem vive a Educação Infantil. Temos de levar em conta a história da

Educação Infantil no Brasil. Nós somos filhos bastardos da Educação, sim, porque a LDB dizia que em 1996 a Educação Infantil já compunha a Educação Básica. E os Municípios, muito tardiamente, fizeram esse reconhecimento. E só o fizeram porque tiveram a ousadia de uma mulher aqui, na cidade de São Paulo, que fez a luta, para que pudéssemos ingressar na Educação e sermos considerados como educadores, que somos.

Quando eu ingressei aqui, eu já sabia que eu não teria a carga de JEIF, a formação de JEIF, mas nós fomos contemplados no salário. Isso tem de ficar muito claro, porque dá a impressão que nós somos os prejudicados e nós temos um salário que corresponde ao salário da JEIF.

Então, desde o nosso ingresso, esse direito está em evidência. Eu não sou contra. Acho que temos de ter formação, sim, porque isso melhora a qualidade. Mas eu vou insistir no que muitos, aqui, já falaram: existe a possibilidade de fazer o enquadramento, o direito da formação em JEIF sem mexer em nosso cargo.

Então, eu quero terminar agradecendo ao Vereador Claudio Fonseca, porque, me parece, que ele está muito preocupado com os PEIs. Mas hoje tivemos a oportunidade de estar aqui e dizer para o Sr. Claudio: “Nós não precisamos da sua preocupação, nós queremos permanecer PEI”.

E quero dizer mais, se a sua preocupação é evidente, porque é preciso reconhecer dois pontos muito sérios - a questão do exercício da formação – vou encerrar a minha fala pedindo que democraticamente o Sr. Claudio escute as sugestões do Sedin, porque é a entidade que representa a educação infantil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. O próximo é Ricardo Cardoso, depois Maria Célia.

O SR. RICARDO CARDOSO – Boa tarde a todas as pessoas. Sou Ricardo...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor. Há mais dez pessoas

para falar, mais ou menos meia hora. Espero que com tranquilidade cheguemos bem ao final.

O SR. RICARDO CARDOSO – Vou apresentar primeiro uma lei que foi aprovada aqui ontem. Olhem o título: “dispõem sobre os princípios e diretrizes para elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância do município de São Paulo sobre o Plano Municipal pela primeira infância e dá outras providências”.

"Art. 16 - Para fins de execução das políticas públicas de primeira infância, o Poder Executivo poderá firmar convênios com órgãos da Administração Direta ou Indireta, com outras esferas de governo, bem como celebrar parcerias com o setor privado e termos de fomento e colaboração, na forma da lei."

Gente, agradeço primeiramente ao Claudio Fonseca e ao Vereador Toninho Vespoli por terem votado contrários a esse PL 27. (Palmas)

Agora, a transformação – tenho o direito de falar, aqui a tribuna é o lugar do povo, então a fala é um direito... (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Silêncio, por favor.

O SR. RICARDO CARDOSO – O que acontece? O Sinpeem faz o seu congresso anualmente e tem praticamente quatro mil representantes, quatro mil delegados. E nesse espaço foi aprovado sim a transformação de denominação, não de cargo. Então, acho que a gente faz essa correção. É a denominação que nós, do Sinpeem, aprovamos nas nossas instancias e defendemos.

Defendemos também um terço da jornada para todos os docentes. É isso o que estamos reivindicando. Não vou me estender mais do que isso, porque é o necessário.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. A próxima é Maria Célia, depois Arnaldo Ribeiro dos Santos.

A SRA. MARIA CÉLIA – Boa tarde a todos e a todas. Queria parabenizar o Vereador Donato por essa oportunidade de nós, enquanto educadores PEIs, podermos

apresentar as nossas dúvidas com relação a esse PL.

Eu queria aqui colocar o seguinte: passei por todas as transformações, entrei em 78, então, as minhas companheiras trabalhavam 48 horas, muita gente não sabe disso. Trabalhavam 48 horas semanais, então, passei por todas e todas as lutas foram extremamente discutidas e debatidas. O que eu lamento - e aqui tenho algumas perguntas – é que esse PL... Foi perguntado quantas pessoas foram ouvidas. Eu pelo menos não me lembro, apesar de o Vereador ter ido ao meu CEI para falar, mas o PL já estava pronto e a gente tinha algumas dúvidas.

As nossas dúvidas ficaram mais fortes ainda, e vim trazer do CEI algumas perguntas que são: o PEI que não optar vai poder ficar no CEI com que jornada?; se a PEI se transformar em PEIF e quiser ficar no CEI, ela vai poder? Porque vimos o PL e ele é muito aberto e não tem nenhuma garantia disso; se se transformar, vai poder um professor, que hoje também atua, é PEI e também atua em EMEI? Ele quer saber se vai poder também trazer seu cargo de EMEI para o CEI.

Então, são perguntas que foram feitas. Se eu optar, vai contar o meu tempo no cargo? Eu vou levar ou vou ter um prejuízo extremo se eu não levar o meu tempo no cargo? Isso não está claro, então, são todas essas dúvidas.

Se nós transformarmos, serão três turnos? Já foi dito aqui, mas acho que a gente já sabe hoje as dificuldades que há de reposição de pessoal. Estamos com o final dos contratos PEI, tendo que nos desdobrarmos para dar conta disso. E será que teremos professores para dar conta dos três turnos? Se houver muita imigração para EMEF, como vai ser a reposição desses cargos? Então, são todas essas dúvidas diárias que, desde o surgimento PL, são levantadas.

Gostaríamos sim de saber o que vai ser da nossa vida? Queremos sim, sempre lutamos para melhorar, não para perder. Sempre lutamos para fazer essas mudanças, mas não para perder nada. Se for para mudar, que seja com todos os direitos garantidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado. O próximo é Arnaldo Ribeiro dos Santos, depois Cleusa Maria Marques.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa pelo convite feito à Aprofem– Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Estou representando o Professor Ismael, que teve um compromisso inadiável, e a Professora Margarida, que não está bem de saúde.

O que eu vou falar nos remete à reunião de representantes dos filiados da Aprofem, que ocorreu em 14 de setembro último. Na ocasião, foi citado o projeto do Vereador Claudio Fonseca e o posicionamento naquele momento e que continua hoje é de total apoio ao projeto naquilo que vem somar aos direitos dos professores, dos profissionais da educação.

Certamente há o que adicionar, há o que corrigir ainda no projeto. Vimos citações interessantes, boas, da professora Benê, da Claudete e alguns esclarecimentos do próprio Claudio Fonseca com relação a questões que foram aqui colocadas.

Há crítica sim, principalmente, expondo nossa opinião agora, com relação às políticas público-privadas. O que temos visto em âmbito nacional, aliás, não só nacional, ululam as relações promíscuas entre poder público e poder privado, aliás, setor público e setor privado.

Esse cuidado nós devemos ter e muito. Essa é a primeira das audiências, não sei quantas serão feitas, no mínimo tem de ser duas e as contribuições, acredito que o Vereador as receba, não só na audiência, mas até endereçamentos de cada um. O momento é de integração. Eu vou ler aqui um texto para mostrar a preocupação da Aprofem, enquanto entidade, que antecede até a 14.660. *Jornal da Aprofem*, de março/ abril de 2003, página 3; debatendo a questão da chegada, na época, de Isa à educação, o texto terminou com o seguinte trecho: “Há ainda mais uma consideração a ser colocada e que se refere à concepção de integração”. Reclamávamos, então, a integração entre os que já estavam na educação e

aqueles que estavam chegando. “Ao colocar na carreira do Magistério um cargo isolado, específico, hermético, não se está realmente contribuindo para que haja integração. Trata-se de criar barreiras, construir cercas e muitos que aprofundam as disfarçadas ações públicas”.

Essa preocupação já existia antes da 14.660, que tivemos também condição de trocar quando da edição, mas muito não foi atendido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Cleusa Maria.

A SRA. CLEUSA MARIA – Sou Diretora do Sinpeem, Sindicato dos Profissionais da Educação, que abrange a Educação Infantil, a EMEF, Ensino Médio, abrange os Especialistas.

Iniciei minha carreira em 1991 na Educação Infantil, onde trabalhei por 18 anos. Fui uma das primeiras Coordenadoras a assumir os CEIs, quando eles vieram de SAS.

Este projeto é muito importante. Já li, reli, e não consigo ver os defeitos que algumas pessoas veem; respeito-os, mas não enxergo dessa forma, porque quando fui Coordenadora do CEI diversas professoras se exoneraram para poder ir para EMEI, queriam uma carreira aberta. Eu tinha carreira aberta. Eu me aposentei há três anos como Coordenadora de Educação Infantil e sempre tive carreira aberta, no CEI, no EMEI, onde me aposentei. E ainda estou no chão da escola, pois acumulei cargo e ainda dou aula para um quarto ano.

Essa história de que não foi discutido com a categoria não é verídica porque sou Diretora com o pé no chão da escola, trabalho de manhã e vou às escolas, aonde estão me chamando para discussão. Esta semana, seis escolas me chamaram para discussão, inclusive fui com o Diretor autor do projeto a uma dessas CEIs. Eles fazem uma roda, discutem, tiram dúvidas.

Como o próprio Fábio falou, o projeto está aberto, está tendo emenda, então façam as emendas, os acertos. O que não dá para admitir é dizer que quem está aqui representa o

CEI e que somos meia dúzia de pessoas. Não somos, não somos. Sou Diretora, com o pé no chão da escola.

Guaianases, por exemplo, tem várias pessoas aqui que sabem que visito a escola deles. Está tendo discussão lá, eles estão opinando, é um momento para discussão e não para dizer “tira o projeto”. Carreira aberta: ninguém vai mudar o cargo, vai mudar a denominação.

Outra coisa, essa história de dizer que não tem verba para o projeto é mentira, porque tem verba própria para a Educação. Só não tem maior renda porque no Governo da Marta foi votado para diminuir de 30% para 25% da Educação, com o voto contra do Vereador Claudio Fonseca. Mas a verba é própria.

Não é verdade quando dizem que o projeto tem caráter duvidoso. O Simpeem é um sindicato de luta, que sempre lutou em prol da educação, pela educação laica e de qualidade para todos. Não tem como negar várias conquistas que tivemos com o apoio até de outro sindicato.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Janaína.

A SRA. JANAÍNA – Boa tarde. Sou professora de CEI. Temos que pensar, quando se fala nesse projeto, de duas coisas: é muito importante, pois a JEIF é para todo mundo. Esse é o ponto alto do projeto, e ele tem que ser defendido sim.

Mas, pelas brechas que tem no projeto, talvez, precise de uma melhor análise, uma melhor discussão com quem trabalha no CEI, com quem conhece a realidade do CEI. O projeto fala de mudança de denominação, e a nossa dúvida é no caso de transformação de cargo, já que a vida do CEI é diferente da vida da EMEI e da EMEF, a carga horária de CEI é diferente de EMEI e EMEF, para criança e para o professor, as necessidades também são diferentes. Tudo isso tem que ser levado em consideração quando se fala em transformação ou de mudança de denominação.

Portanto, eu acho que este projeto tinha que ser dividido em duas partes. Primeiro,

tinha que se aprovar um projeto que mudasse a carga horária, que todos os professores PEIs e PEIFs pudessem ter carga horária igual de jornada, para ganhar em JEIF. Isso é fato, é inegável. Mas isso tinha que ser discutido separadamente da transformação ou mudança de denominação, porque o que nos parece nesse momento frágil em que estamos vivendo de uma Administração Pública que não mentiu, pois ela foi eleita sob o olhar da terceirização, basta ver os projetos do Prefeito que foram votados, então ele não é mentiroso. Mas essa é outra discussão.

O projeto do nobre Vereador Claudio Fonseca está vendendo uma coisa e, possivelmente, nos entregará outra; e não por culpa dele, porque acho que realmente ele deve estar pensando o melhor para a categoria, mas porque não vivemos num contexto político que nos remeta a isso, não sejamos inocentes.

A minha sugestão é desmembrar o projeto. Quer aprovar a JEIF? Acho que não haverá um aqui que será contra. Mas em transformação de cargo e mudança de denominação nós temos muito que discutir, já que a realidade do CEI é diferente da realidade da EMEI.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente da União Global Seguros dos Trabalhadores da Cidade, cuja central em São Paulo tem a Organização do Trabalho Decente dos Professores da Cidade e também tem a Confederação dos Professores e Professoras das Escolas, Faculdades e Universidades Públicas e Privadas das Américas.

Quero parabenizar a fala de todos aqui, inclusive das autoridades da Mesa, Vereadores, e através de grandes debates como este que vamos transformar a cidade de São Paulo, inclusive mudar o PL que está aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

Há cinco anos, fiz uma denúncia. Veja bem: 75% das escolas públicas e 65% aqui na cidade de São Paulo, estão com quadras sucateadas e relegadas ao ponto de uso de drogas, o que vem colocando os professores e alunos em situação de risco, tanto na cidade de

São Paulo e nas cidades do País. A ONU investigou e há duas semanas ela denunciou essas ações.

Nos Estados Unidos, o professor de ensino infantil ganha 20 vezes mais do que um professor de nível universitário no Brasil. Isso é um verdadeiro absurdo, porque o professor é o profissional que forma todos os profissionais.

Para concluir, eu investiguei uma máfia formada por Sérgio Cabral, nos jogos olímpicos, e o Presidente Internacional do Comitê Olímpico junto com o Governador do Estado de São Paulo. O que essa máfia fez no País, enquanto nós temos 250 mil crianças afetadas pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro e 120 mil na cidade de São Paulo.

Eles distribuíram propinas para conseguir voto para sediar os jogos olímpicos do Rio e superfaturar em 40% todo o financiamento e obras dos jogos olímpicos. E aqui o Geraldo Alckmin aqui pegando 25% desse dinheiro. Isso é um verdadeiro absurdo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Edilene.

A SRA. EDILENE – Boa tarde. Fui Diretora de CEI durante nove anos e, agora, acabei indo para EMEI, mas sou militante da educação infantil há muito tempo. Sou representante sindical do Sinpeem e, diferente dos meus colegas que vieram aqui, eu não tenho tanta certeza de que esse projeto seja bom para todo mundo.

Esse projeto tem muitas dúvidas e não foi debatido no Sinpeem o quanto deveria. Então, fazendo uma análise breve da conjuntura, estamos dias após dias perdendo os direitos. Ontem foi aprovada uma lei, e a gente pode perder a nossa estabilidade. Está correndo a PEC 55, da nossa previdência. Ninguém está falando aqui, mas há a questão da nossa previdência de São Paulo. Então, a gente convoca o pessoal para o dia 27.

Eu tenho algumas dúvidas aqui, para falar para o Vereador Claudio Fonseca. Quando da transformação de cargos de ADI para PDI, houve um aumento salarial de quase 80%. O pessoal saiu do QP-7 e foi para o 14-A. Fazendo essa transformação, a gente fez uma

conta, e todo professor de CEI é JEIF. Hoje quem entra no 14-A está com três mil e pouco de salário. O CEI não tem muitos professores novos. Todos os professores têm mais tempo. E aí, como é que fica? Não entra a aposentadoria, que foi uma conquista muito grande. A aposentadoria não é contemplada. Então, há um risco disso. Ninguém está falando nada.

Outra preocupação nossa é a questão do readaptado. Em nenhum momento, é falado do readaptado. Como é que vai ficar essa questão? Então, a gente quer, como garantia da transformação dos cargos, que não haja nenhuma perda salarial. Quando a gente fala em perda salarial, o pessoal ali falou da questão do adjunto, e levam tempo de magistério. É multiplicado zero meio ponto por mês trabalhado. Na questão dos senhores, seria 0,3. Então, já há um prejuízo.

A gente não é totalmente contra, o meu agrupamento, dentro do Sinpeem, não é totalmente contra o projeto, mas a gente tem que ter uma unidade. Os trabalhadores têm que ser ouvidos na sua maioria, na plenitude. Não adianta falar que meia dúzia ouviu, porque aí não é a categoria de quase 50 mil professores.

Obrigada.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Encerradas inscrições, agora vamos para os encaminhamentos finais.

Agradeço a todos que participaram e que puderam falar. O objetivo da audiência pública é essa escuta. O objetivo não é dar todas as respostas agora. Eu conversei com o Sr. Claudio, que anunciou que fará outras audiências públicas. Então, Esse processo continua.

Então, vou passar a palavra para a Mesa, com fala de dois minutos, para a gente não atrapalhar mais o tempo dos senhores.

Tem a palavra a Sra. Benê.

A SRA. BENÊ – Agradeço a participação de todos. É importantíssimo que a gente compareça, em massa, na próxima audiência. Agradeço muito os Vereadores que propiciaram essa tarde de discussão do projeto.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO – Obrigado pela oportunidade. Agradeço a presença de todos que estão aqui. Há necessidade de a gente continuar o debate. A gente tem condições de aprimorar o projeto. Há condições de a gente achar saídas para aquilo lá, mas é urgente. É dever desta Câmara aqui questionar o que o Governo Municipal pretende para a Educação Infantil. A gente tem que saber quais são as intenções dele para a rede. Essa pergunta eu fiz dentro da mesa de Educação, para a Secretaria Municipal de Educação, para a Chefe de Gabinete, e não está claro qual é a intenção em relação ao Programa Criança Feliz. Há uma aglutinação das propostas da Saúde, da Assistência Social e da Educação; e isso nos preocupa muito, porque o Criança Feliz é um retrocesso nacional. É um desmonte nas políticas para infância, e a gente entende que deram um golpe na Comas, no Conselho Municipal de Assistência Social, para garantir que o Criança Feliz fosse aprovado aqui em São Paulo. Então, a gente precisa saber qual é o projeto que este Governo Doria tem. A gente sabe que é de desmonte, mas tem que estar muito claro.

Eu acho que a Câmara Municipal, cada Vereador que está aqui presente ou que não está aqui presente tem obrigação de questionar este Governo, porque, para mim, é um definidor do que a gente deve tomar de decisão em relação ao PL 068.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Claudete.

A SRA. CLAUDETE – Eu quero agradecer o Vereador Antonio Donato e a presença do Vereador Claudio Fonseca aqui, mas principalmente agradecer todos que não se deixaram enganar com o comunicado de ontem, dizendo que a audiência estava desmarcada. As senhoras são guerreiras.

Meu muito obrigada, e nós vamos continuar o debate. Protocolamos ao autor do projeto o acúmulo das nossas propostas. Está protocolado, e a gente espera que S.Exa.

considere, porque é fruto sim do debate não nesta semana na escola, mas do debate que a gente vem travando, e os senhores são sabedores disso. Há, no mínimo, seis meses em todos os centros de Educação Infantil.

Eu espero que seja contemplado, de fato, o direito dos trabalhadores; e que nós possamos estar unidos para defender a jornada de formação. É só isso que falta, agora sem facilitar a vida do Sr. Doria, que quer privatizar a Cidade, e, no caso da Educação Infantil, passar para as parcerias públicas e privadas.

Muito obrigada pela presença. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Cleiton.

O SR. CLEITON – Agradeço os Srs. Antonio Donato e Claudio, e parabenizar, mais uma vez, a iniciativa do projeto. Vamos continuar fazendo o trabalho que a CPI vem sendo fazendo, esclarecer e tirar dúvidas de quem tem. Espanta-me muito algumas falas aqui, porque parece que querem achar a justificativa para o Sr. Doria, porque estão dizendo que não há dinheiro e não há recurso. Eu não me lembro de nenhum projeto que a gente tenha aprovado que havia recurso. Sempre foi a mesma fala e nós fomos à luta e conquistamos, como a Sra. Cleusa disse. Então, é isso que o Sinpeem vai continuar fazendo e vai continuar lutando, defendendo a carreira.

Falando para os colegas do Sinpeem, lembrem que participaram de congresso. Não venham confundir com mentiras, que não foi discutido. Participem do congresso.

Obrigado a todos e estamos à disposição para continuar o debate. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Hoffmann, professor.

O SR. HOFFMANN – Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, de poder contribuir com o diálogo, com o debate. Pelo que eu percebi aqui, ninguém é totalmente contra o projeto. A gente está aberto a dialogar e a debater. A gente espera que esse substitutivo também tenha depois um próximo substitutivo, para que contemple os anseios, os desejos e as necessidades da categoria.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos. A gente vai continuar lutando pela qualidade da Educação Infantil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Bom, primeiramente quero me dirigir ao Vereador Antonio Donato, pedindo sinceras desculpas por ter alterado o tom. S.Exa. é meu companheiro aqui na Câmara Municipal, e a ação parlamentar tem que se pautar pelo respeito, inclusive de opinião. Então, quero publicamente pedir desculpas por ter alterado o tom.

Recebi várias sugestões e até mesmo o ofício do CEDI – passei olhos sob as propostas e têm algumas que são relativas à alteração da Lei 8989 e não comporta no PL 68, como não comporta na Lei 14.660, mas tem seis itens que me entregaram que o projeto dialoga plenamente e já contem até na forma de outra redação, não tem nenhuma indisposição em absorver as sugestões que foram indicadas para melhorar um projeto que tem por objetivo proteger os direitos, universalizar a nossa carreira, permitir o trânsito. Então, estou totalmente aberto com todo mundo para discutir.

Pelo que vi, há seis itens que já estão contemplados no projeto. Vai se a questão de redação? Podemos melhorar a redação, não tem problema nenhum em absorvê-las quanto à composição da jornada.

Quem se referiu dizendo que podemos ter um projeto de lei que regulamente a Lei 11.738. As duas coisas podem concorrer paralelamente. É verdade porque também não prejudica o PL 68. Se você alterar a composição da jornada, depois mesmo com a alteração da denominação do cargo por opção, não existe nada compulsório, a jornada pode estar equacionada. Considerando isso, já protocolei um projeto de lei, é o PL 698/17, que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal 11.738, de 16 de Julho de 2008, que implementa e preconizado na alínea "e", do inciso III, do caput do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que visa a instituição do piso salarial profissional nacional e da

composição da jornada, ou seja, no mínimo um terço deve ser destinada a hora-atividade até porque considero que ninguém pode se insurgir não só contra a Lei Federal, como também uma questão que a lei trouxe como melhoria para o desenvolvimento do cargo docente.

Esse projeto já está protocolado porque não depende única e exclusivamente do PL 68. Se fosse aprovado primeiro porque aqui também tem impacto financeiro/orçamentário, o objetivo não é aliviar as despesas do Município, eu acompanho o orçamento da Cidade e os impactos financeiros que determinadas medidas podem ter, mas não posso me vergar ao argumento de que por ter impacto financeiro, você não apresenta propostas, não faz alterações e nem projetos de lei.

Os projetos aprovados ontem têm impacto financeiro e orçamentário e nem por isso vamos dizer ao Governo que não apresentamos, deixamos de reivindicar. Quando vamos à campanha salarial, sempre reivindicamos aumento dos pisos remuneratórios com incorporação e todos os governos, sem exceção, vão analisar o impacto financeiro face a reivindicação que apresentamos. Em vários governos fizemos acordos com índices aquém do reivindicado em todos os governos, não foi governo do partido A, B, C ou D tanto que durante o período de 2013 a 2016 fizemos também acordos com base na Lei 14.660, que tem um artigo que fala do piso que diz que tem de ser registrado, mas não diz qual o índice. Nós corremos atrás, fazemos manifestação para alcançar o índice. Nem sempre é o que nós queremos, mas todos os governos falam do impacto para não atender.

Então, não vamos flexibilizar as nossas reivindicações só porque o governo diz que tem impacto financeiro.

Por fim, como muitos disseram, o projeto tem coisas boas. Está cumprindo o objetivo. Se dissessem que só tem coisa ruim, aí era melhor arquivar o projeto. Como também reconhecem que tem aspectos positivos tanto quanto diz respeito à necessidade de ter uma carreira compostas dos cargos e que permite que as pessoas tenham mobilidade dentro da rede porque professor de educação infantil é professora que pode exercer tanto em CEI quanto

em EMEI e a tendência – vocês já têm hoje os CMEIs, um equipamento que atende crianças de zero a seis anos. Lá trabalha professora APEI e PIF. Tudo isso justifica porque é que você tem que unificar o cargo e os cuidados para que não haja nenhum prejuízo. O objetivo, o alcance do projeto é assegurar os direitos existentes e ampliá-los.

Reconheço o direito da dúvida, faz parte, mas estou aberto ao diálogo, à discussão e a alteração do projeto apresentando novos substitutivos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca.

Em primeiro lugar, quero me desculpar por que quem está na mesa tem uma responsabilidade maior de não se contaminar por pelo clima apaixonado do plenário. Então, pedir essas desculpas. Desculpas ao Vereador Claudio Fonseca se no calor do debate usei alguma palavra mal colocada.

Por que chegamos até esta audiência pública? Quero só contar para a gente ter tranquilidade. Procurei colocar da maneira mais tranquila na abertura do desta audiência pública porque eu sei que é um tema que a discussão mostrou que tem defesas apaixonadas de um lado e de outro, mas quando fui procurado pelo Cedin e pelo Sindsep para discutir o problema e o projeto sempre falaram que tem aspectos positivos e tem preocupações.

Então, vamos fazer esse debate. Quando o projeto chegou à Comissão de Administração Pública eu propus audiência pública no sentido de poder criar um ambiente que a gente pudesse avançar na discussão do projeto.

É isso que estamos procurando fazer aqui hoje. Tenho certeza de que você vai continuar em outros espaços. Eu não posso deixar de não registrar que o objetivo nosso era discutir o projeto. Acho que não é um bom método discutir o projeto desqualificando um ou outro interlocutor. Não acho que o melhor método, é um método que não ajuda na discussão.

Os outros temas colocados aqui, estou aberto para discutir em qualquer momento sem nenhum problema: temas partidários, dos governos do PT ou o PL 27, que foi tanto usado aqui até para esclarecer a minha posição e deixar claro e tranquilizar as pessoas porque tenho

certeza de que o Vereador Claudio Fonseca compreende. Aqui está dito claramente: para fins de execução do Plano Municipal da Primeira Infância, que são ações de assistência social, saúde e educação, poderão ser realizados termos de parceria entre o Poder Executivo Municipal e as instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas de todas as esferas de governo.

Esse parágrafo, a meu ver, é absolutamente inócuo porque o governo já está autorizado a fazer essas parcerias tanto que elas já existem na saúde, na assistência social e na educação.

O Vereador Claudio Fonseca é alguém que de fato defende a rede direta, que a gente não tenha convênio na educação infantil. Ele tem vários projetos, participou dos debates e foi feita uma votação simbólica. Se fosse projeto tão dramático assim, tenho certeza de que era só pedir uma votação nominal. A sessão caia porque tinham poucos Vereadores.

O Vereador registrou voto contrário porque tem uma posição de princípio contrária, mas esse projeto não é esse fantasma que estão apresentando aqui. Então, eu gostaria de colocar isso e para que a gente faça o debate do 68 com maior tranquilidade, buscando um denominador comum que aqui várias propostas apresentaram nesse sentido.

Então, eu sei que este debate vai continuar em outros espaços. O projeto vai tramitar em outras comissões, terão outros espaços e outras audiências públicas - eu espero. E que a gente possa avançar com tranquilidade e discutindo cada ponto do projeto, conteúdo do projeto para que a gente possa ter uma educação pública de qualidade em São Paulo, que é o objetivo de todos que estão nesta sala. Está encerrada a audiência.

Muito obrigado.